

# RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

## **Relatório e Contas Do exercício findo em 30 de Junho de 2025**

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A**

---

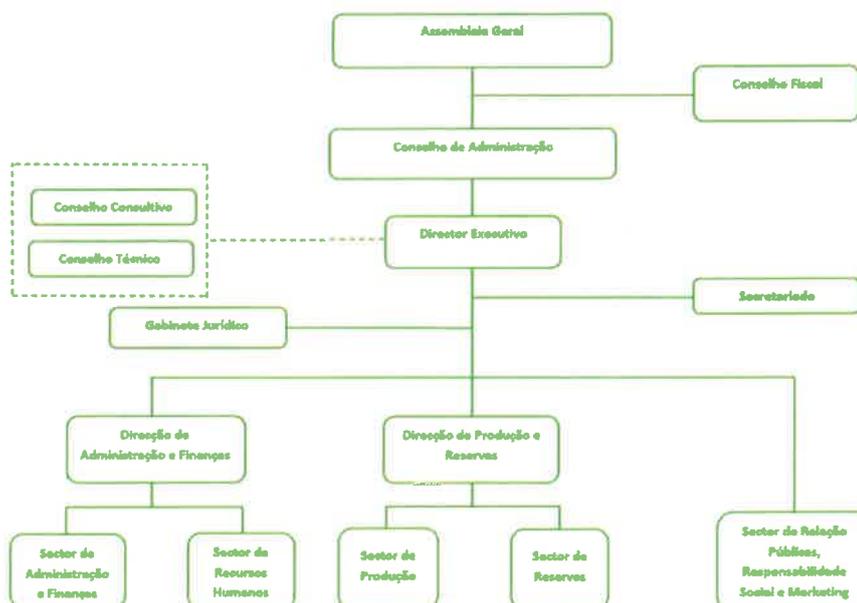
## ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	38
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	39
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	45
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	46
VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	47
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	48
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

## I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

<b>Nome da Entidade:</b>	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH, SA)		
<b>Número de Registo Comercial:</b>	13 259		
<b>Número Único de Identificação Tributária (NUIT):</b>	400102961		
<b>Conselho de Administração:</b>	<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Assembleia Geral:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Arsénio Mabote (Presidente do Conselho de Administração)</li><li>Eliseu Machava (Administrador)</li><li>Lovemore Chibaya (Administrador)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Miquelina Menezes (Presidente)</li><li>Bruno Munguambe (Primeiro Vogal)</li><li>Filipe Masquil (Segundo Vogal)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Manuel Mazuze (Presidente)</li><li>Maria Uache (Secretária)</li><li>Iolanda Matsinhe (Secretária)</li></ul>	
<b>Director Executivo:</b>	Joaquim Veríssimo		
<b>Estrutura Accionista</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)</li><li>Governo de Moçambique (20%)</li><li>Investidores Privados Nacionais (10%)</li></ul>		
<b>Capital Social:</b>	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)		
<b>Número de Acções:</b>	5 934 115 (593 411 acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)		
<b>Audidores:</b>	KPMG Auditores e Consultores, S.A.		
<b>Bancos:</b>	Standard Bank South Africa, Standard Bank Moçambique, ABSA Mozambique Lda, FNB Moçambique, Millennium BIM, BCI, MOZA, Nedbank, Letshego e Bayport.		
<b>Endereço:</b>	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço "A" Maputo – Moçambique		
<b>País de Constituição:</b>	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.		
<b>Visão da CMH:</b>	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado moçambicano.		
<b>Missão da CMH:</b>	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.		

### Estrutura da CMH:



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com o término das actividades do exercício fiscal de 2024/2025, cumpre-nos, mais uma vez, em representação do Conselho de Administração da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, apresentar e compartilhar convosco os resultados alcançados, bem como as demonstrações financeiras auditadas do exercício financeiro, findo a 30 de Junho do corrente.

O ano transacto foi bastante desafiador, visto que as operações de produção continuaram condicionadas a vários factores endógenos e exógenos, num ambiente influenciado pela actual conjuntura geopolítico internacional, que afectou a demanda de gás natural, condensados e respectivos preços.

Não obstante os factores mencionados, estamos orgulhosos de tudo o que alcançámos, porém continuaremos a posicionar a CMH, SA para um crescimento sustentável e uma melhor eficiência na gestão, pelo que esperamos continuar a proporcionar dividendos aos accionistas nos próximos anos.

As nossas prioridades estratégicas para 2025/2026, permanecem claras: i) sustentar os níveis de produção de forma otimizada, através da implementação dos projectos de furos adicionais (PEDOP-infill) e do projecto de compressão de baixa pressão no âmbito do Programa de Extensão do Plateau e Optimização de Produção (Plateau Extension and Decline Optimization Programme - PEDOP); ii) reduzir os nossos custos operacionais, efectuando a manutenção da central de processamento (CPF) e minimizando as perdas de produção nos diversos equipamentos de produção.

A materialização deste desiderato, influenciará, obviamente, as nossas receitas, contudo, continuamos comprometidos em desenvolver e implementar acções de investimento, para sustentar uma produção e fornecimento de gás natural de longo prazo, no âmbito dos compromissos comerciais, ao abrigo dos contratos vigentes. Todos estes investimentos não serão em vão, pois acreditamos que o gás natural, continuará a desempenhar um papel importante no contexto da transição energética, podendo funcionar como uma ponte para outras fontes de energias alternativas.

Durante o exercício findo, alcançamos progressos significativos na nossa busca pela excelência em segurança, saúde e ambiente nas operações de produção.

Em termos de custos de investimento para manter a produção, precisamos de desembolsar cerca de USD 185 milhões (cerca de USD 97 milhões para despesas operacionais e USD 88 milhões para despesas de investimento) até 2030, sendo nesse contexto que contraímos uma linha de crédito de médio prazo, no valor de USD 50 milhões, que foi integralmente desembolsado. O serviço da dívida correspondente, esta a ser executado de acordo com o plano de amortização, nos termos do contrato de financiamento.

Continuamos a desenvolver estratégias de apoio comunitário e de solidariedade com impacto na sociedade. Apoiamos as comunidades vulneráveis, incluindo as que foram devastadas pelos ciclones e pelas acções terroristas no norte do País. Mantivemos o investimento em projectos corporativos e sociais, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e de outras regiões do País.

No concernente aos nossos recursos humanos, continuamos a dar muita atenção à capacitação e ao treinamento, para garantir o seu desenvolvimento contínuo, face aos desafios da actualidade da indústria de petróleo e gás. Continuamos comprometidos com a transparência, integridade, boas práticas e o combate a negligência, fraude e corrupção no nosso negócio.

Ainda que num ambiente operacional de negócios incerto e volátil, continuamos a exercer uma gestão financeira prudente e criteriosa, preparando o portfólio para o futuro e preservando a nossa capacidade de proporcionar um crescimento sustentável.

Apesar das turbulências e transtornos, o nosso modelo de negócios e alocação de capital mereceram destaque. Alcançamos um lucro após impostos registado em USD 48 263 575, apoiado, em receitas de USD 111 383 825. O EBITDA foi de USD 84 465 284.

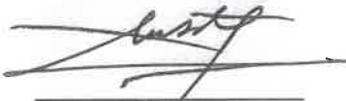
Com a realização dos resultados e fluxos de caixa positivos, que comprovadamente, aumentam o valor económico da CMH. SA, os nossos accionistas beneficiaram através do impacto desses retornos no preço das acções, pois o mercado de valores mobiliário registou o preço médio de 3500 meticais por acção, fruto de interacção permanente com os intervenientes no processo com vista a evitar a especulação.

Para terminar, um dos grandes desafios que temos, será o de sermos capazes de responder a situação do declínio acentuado da produção nos nossos reservatórios de Pande e Temane nos próximos anos, por forma a manter os níveis de desempenho actual. Também precisamos continuar a identificar novas oportunidades que agreguem valor ao nosso

negócio contando para tal com a colaboração dos nossos accionistas, com os quais temos vindo a bordar as estratégias mais adequadas da nossa continuidade no negócio a longo termo.

Mantemos a nossa profunda gratidão a todos que acreditam em nós e que nos têm apoiado de forma directa e indirecta. Neste sentido, endereçamos os nossos agradecimentos e reconhecimento ao Governo, aos nossos accionistas, parceiros, colaboradores, que sempre nos deram o apoio e encorajamento em continuar a construir a CMH como o veículo de participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

**Maputo, 28 de Agosto de 2025**



**Arsénio Mabote**

**Presidente do Conselho de Administração**

### III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2025.

#### 1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros do Consórcio, a Sasol Petroleum Temane (SPT), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e condensado é produzido nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano.

Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017 (AF17). Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor.

No AF21, após a suspensão da campanha de perfuração devido ao covid 19, as operações MERIC foram retomadas no AF22, onde o furo Temane-9 foi selado e abandonado (P&A) e o segundo furo horizontal (Pande-28) do PPA foi perfurado e testado com sucesso, com o início das operações (BO) já alcançado.

No AF23, no âmbito da campanha de perfuração MERIC, o furo T-15 foi selado e abandonado, e quatro novos furos horizontais (P-29, P-30 e P-31) da tranche-2 foram perfurados e testados com sucesso, tendo tido o benefício das operações (BO) em Dezembro de 2022.

No AF24, ainda no âmbito da campanha de perfuração MERIC, foram perfurados e testados com sucesso dois novos furos (T-31 e T-32), tendo sido comissionados em Novembro e Dezembro de 2024, respectivamente.

No AF25, no âmbito da referida campanha MERIC, três novos furos Infill (P-34, P-35 e P-36) foram perfurados e testados com sucesso no campo de Pande, com o início de produção previsto para finais de AF26.

## 2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

### 2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2025, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 95 008 111, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF25	AF24
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	108 332 091	120 488 355
Vendas: Gás Natural	105 628 534	117 163 327
Vendas: Condensado	2 703 557	3 325 028
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(137 081)	(1 587 333)
Receita líquida após royalties	108 195 010	118 901 022
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(13 186 899)	(17 578 072)
<b>Resultados operacional da CMH na operação conjunta</b>	<b>95 008 111</b>	<b>101 322 950</b>

O resultado operacional da CMH na operação conjunta reduziu em 7% em relação ao exercício de 2024 (AF24). A redução é explicada pelo efeito dos baixos preços no mercado internacional e volume de vendas.

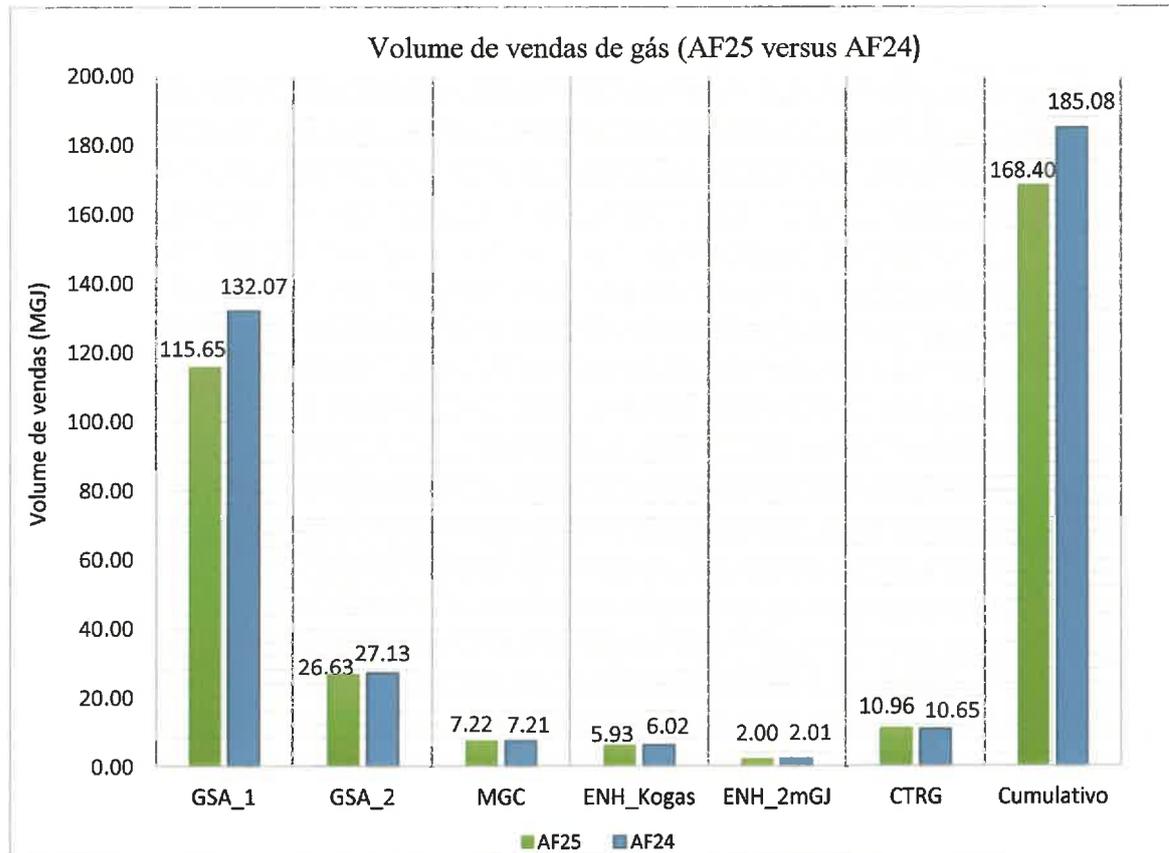
## 2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

### 2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2025 (AF25), findo em 30 de Junho de 2025, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF25	AF24	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Natural Gas - GSA 1	MGJ	115.65	132.07	-12.43
Natural Gas - GSA 2	MGJ	26.63	27.13	-1.84
ENH-Kogas	MGJ	5.93	6.02	-1.50
MGC	MGJ	7.22	7.21	0.14
CTRG	MGJ	10.96	10.65	2.91
GSA ENH 2mGj	MGJ	2.00	2.01	-0.50
<b>Cumulativo das vendas de gás</b>	<b>MGJ</b>	<b>168.40</b>	<b>185.08</b>	<b>-9.01</b>
Condensado	Bbl	313 579.18	262 502.32	19.46
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF25	AF24	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	8.41	6.05	39.01
Preço médio de vendas	Unidade	AF25	AF24	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Natural Gas - GSA 1	USD/GJ	2.39	2.69	-4.02
Natural Gas - GSA 2	USD/GJ	2.39	2.49	-4.02
ENH-Kogas	USD/GJ	2.41	2.37	1.69
MGC	USD/GJ	2.39	2.49	-4.02
CTRG	USD/GJ	3.23	3.19	1.25
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	2.97	2.93	1.37
Condensado	USD/Bbl	34.46	50.67	-31.99

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF25 versus AF24).



Como se pode verificar a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2025 (AF25) foi de 9.01% inferior em relação ao período anterior de 2024, devido às seguintes razões:

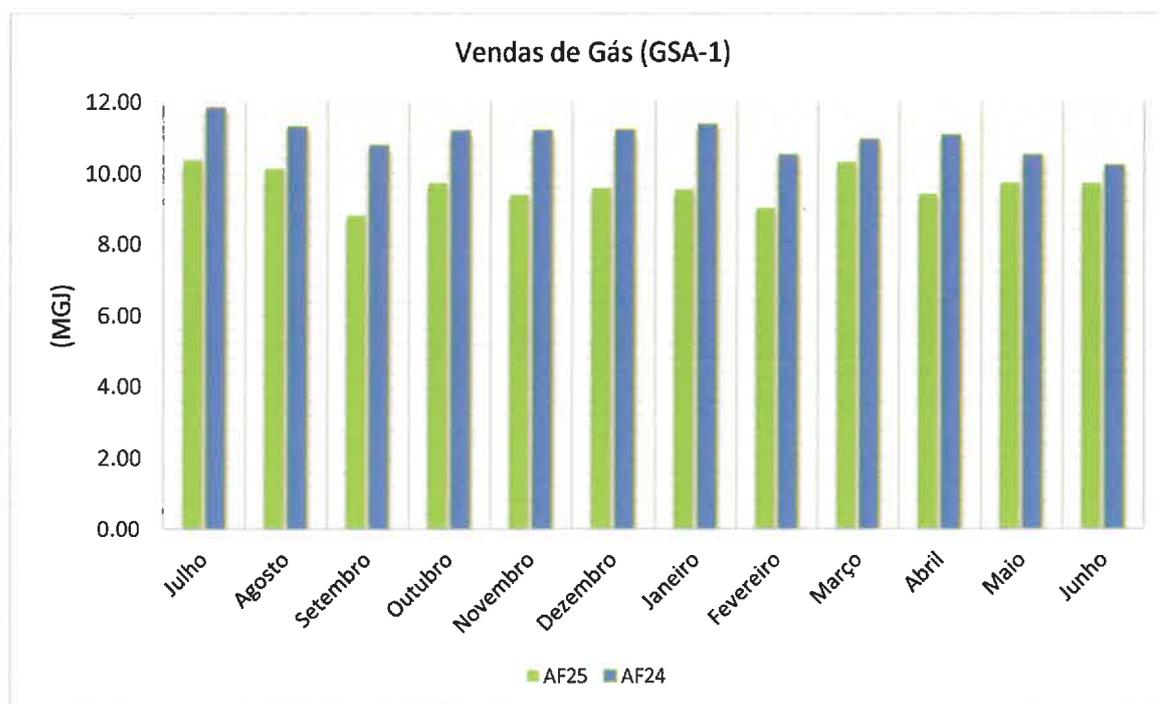
- Verificaram-se menores entregas de gás em relação as encomendas por parte da compradora Sasol Gas ao abrigo dos contratos GSA1&2 e de alguns contratos domésticos (ENH-Kogas e ENH 2mGJ). No geral, os volumes de vendas foram 1.32% inferiores quando comparado ao orçamento de 170.66 MGJ durante o período em análise, devido ao facto de que a Central de Processamento (CP) sofreu alguns problemas operacionais em unidades-chave, o que impactou negativamente a produção em certos períodos do ano. Além disso, houve limitações no fornecimento de gás a partir dos campos de produção, devido a problemas de integridade em alguns furos.
- A operacionalização dos furos Temane-31 e Temane-32, cujo início de produção estava previsto para o final de Novembro e Dezembro, respectivamente, foi adiada para Dezembro e Fevereiro, respectivamente, devido a atrasos na obtenção das licenças de operação para os referidos furos. Além disso, não houve registo de

levantamento de *linepack gas* durante a paragem anual planificada de produção pelos contratos domésticos, o que também contribuiu para o impacto negativo nos volumes totais.

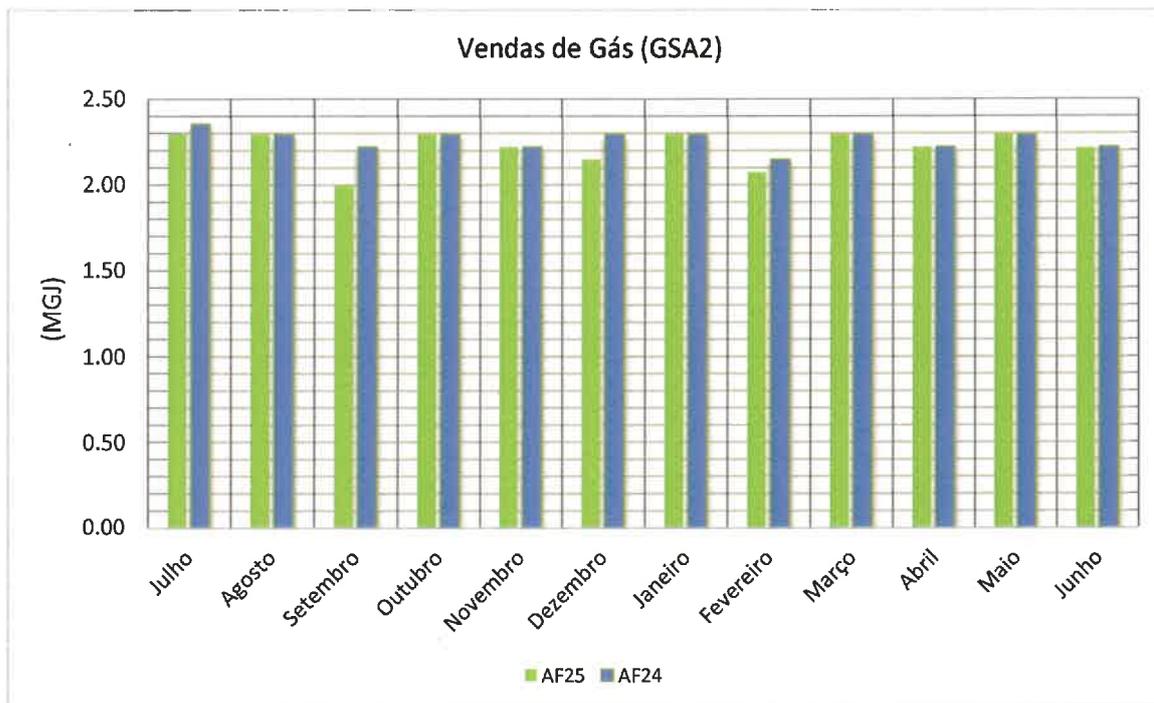
- A redução do desempenho da CP para 33% de sua capacidade nominal durante as manifestações pós-eleitorais ocorridos entre 24 e 28 de Dezembro de 2024 (AF25), também impactou negativamente a produção de gás. Essa medida foi implementada em resposta a ameaças iminentes à segurança de pessoal, ativos e à integridade geral da planta, em meio das manifestações pós-eleitorais que resultaram na redução do fornecimento de gás por um período de 5 dias. Durante o período em apreço, manifestantes invadiram as instalações da CP e exigiram seu encerramento.

Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve ainda avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2.

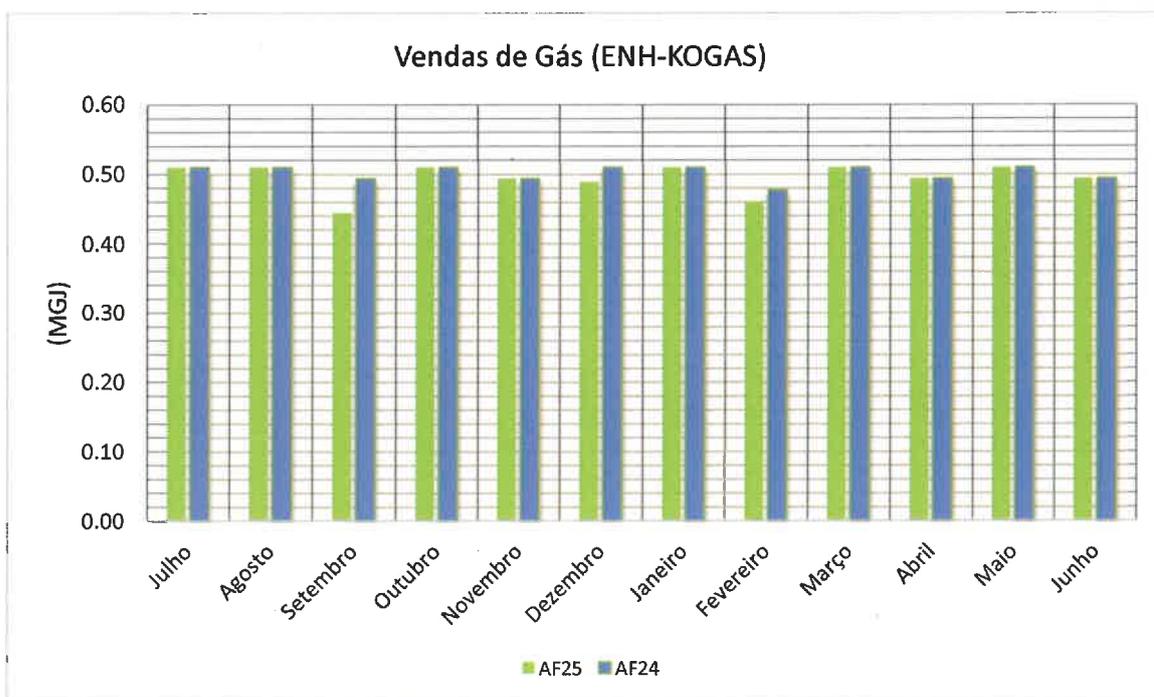
Os gráficos a seguir mostram o perfil da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2025 (AF25) em relação ao período anterior de 2024 (AF24) tanto para o gás natural, como para o condensado.



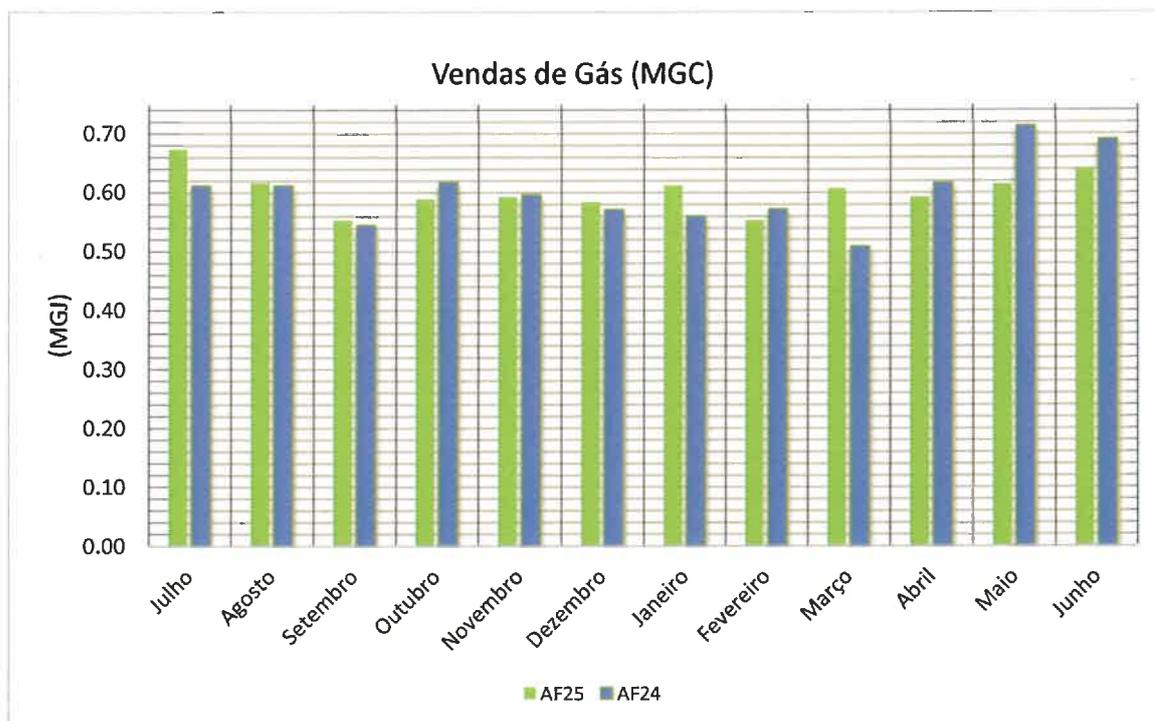
Pode-se ver no gráfico acima que no AF25, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 12.43% inferior em relação ao AF24, devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.



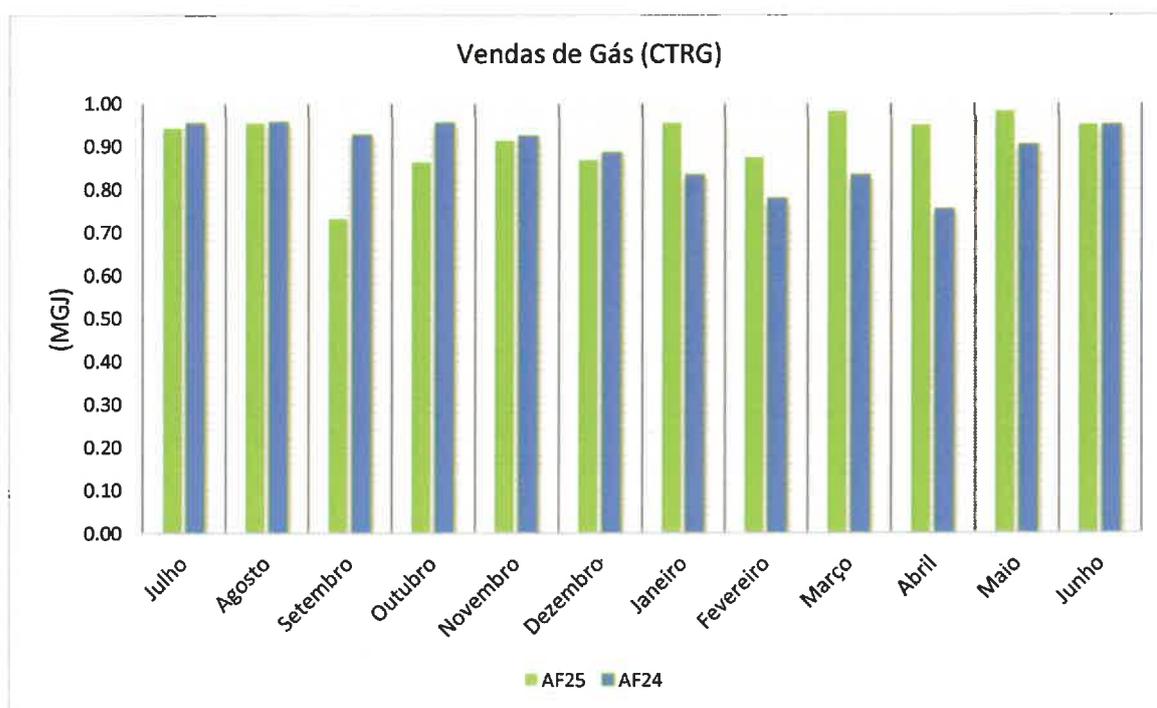
O volume de vendas, nos termos de contrato GSA2 no AF25, foi 1.84% inferior em relação ao período anterior (AF24), devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.



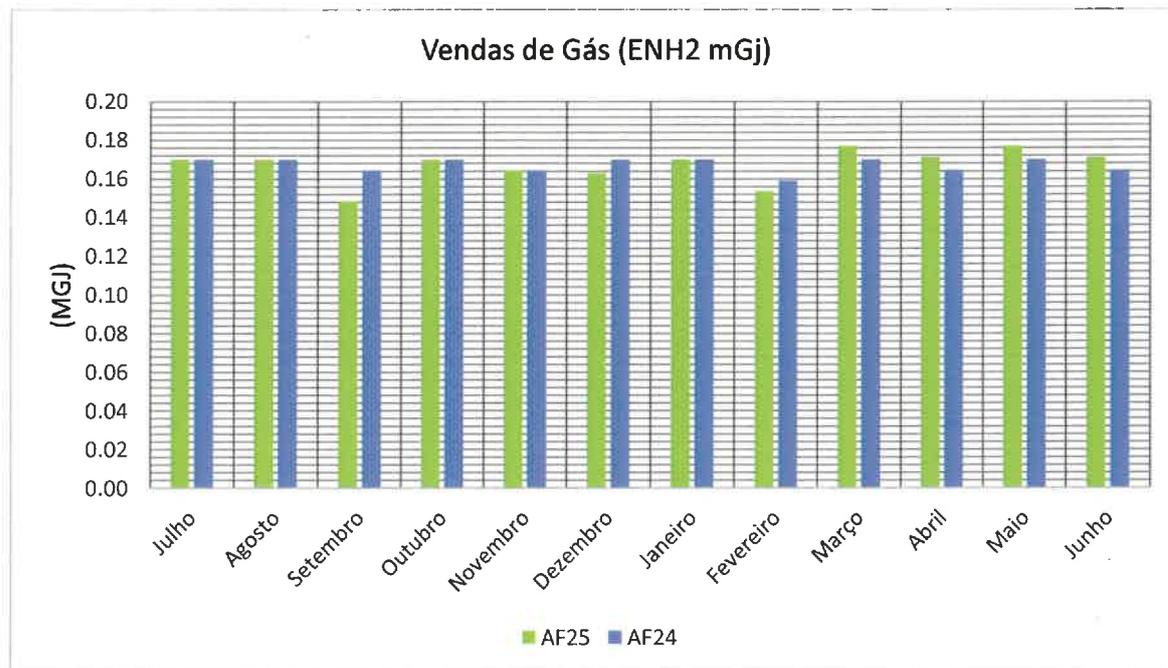
O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF25, foi 1.50% inferior em relação ao período anterior (AF24), devido a menores entregas de gás à ENH-KOGAS.



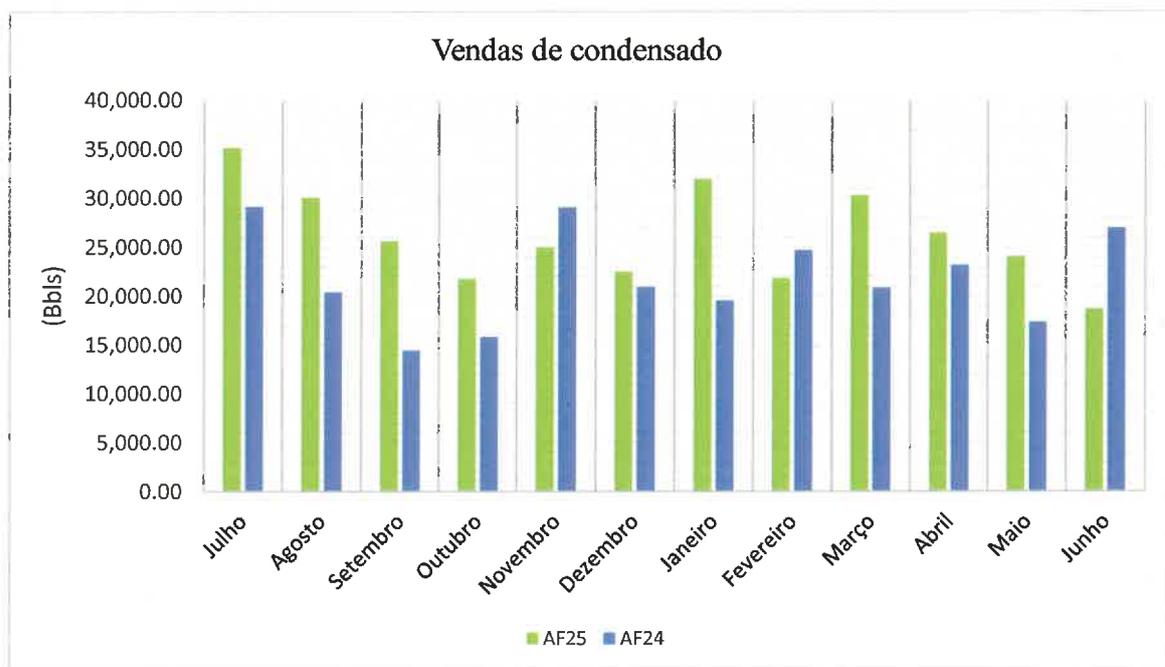
O volume de vendas, nos termos de contrato da MGC do AF25, foi 0.14% superior em relação ao período anterior (AF24), devido a entregas de gás ligeiramente maiores à MGC.



O volume de vendas, nos termos de contrato da CTRG do AF25, foi 2.91% superior em relação ao período anterior (AF24), devido a maiores entregas de gás à CTRG.



O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH 2mGj do AF25, foi 0.50% inferior em relação ao período anterior (AF24), devido a menores entregas de gás à ENH 2mGj.



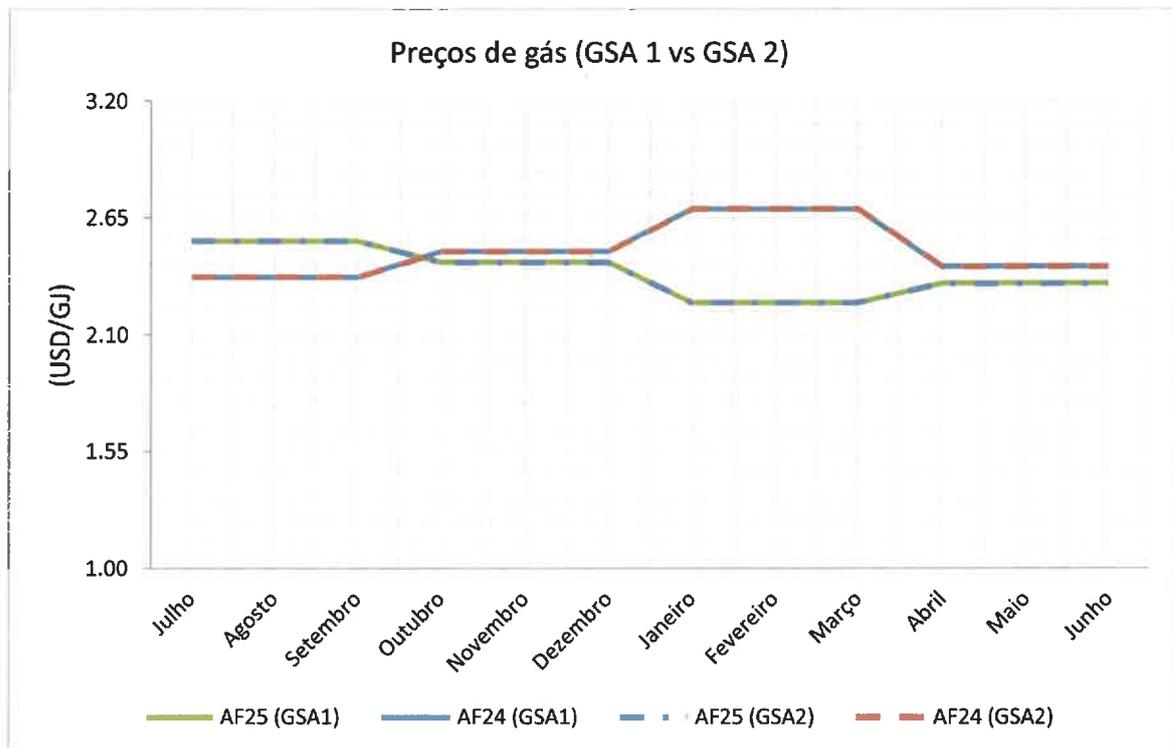
Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas superior para o AF25, na ordem de 19.46%, em relação ao período anterior (AF24). O aumento deveu-se, principalmente, a algum condensado do exercício anterior que não foi carregado devido a desafios operacionais e questões de segurança do sistema de gestão da terminal de carregamento de condensado, contribuindo para carregamentos adicionais neste exercício

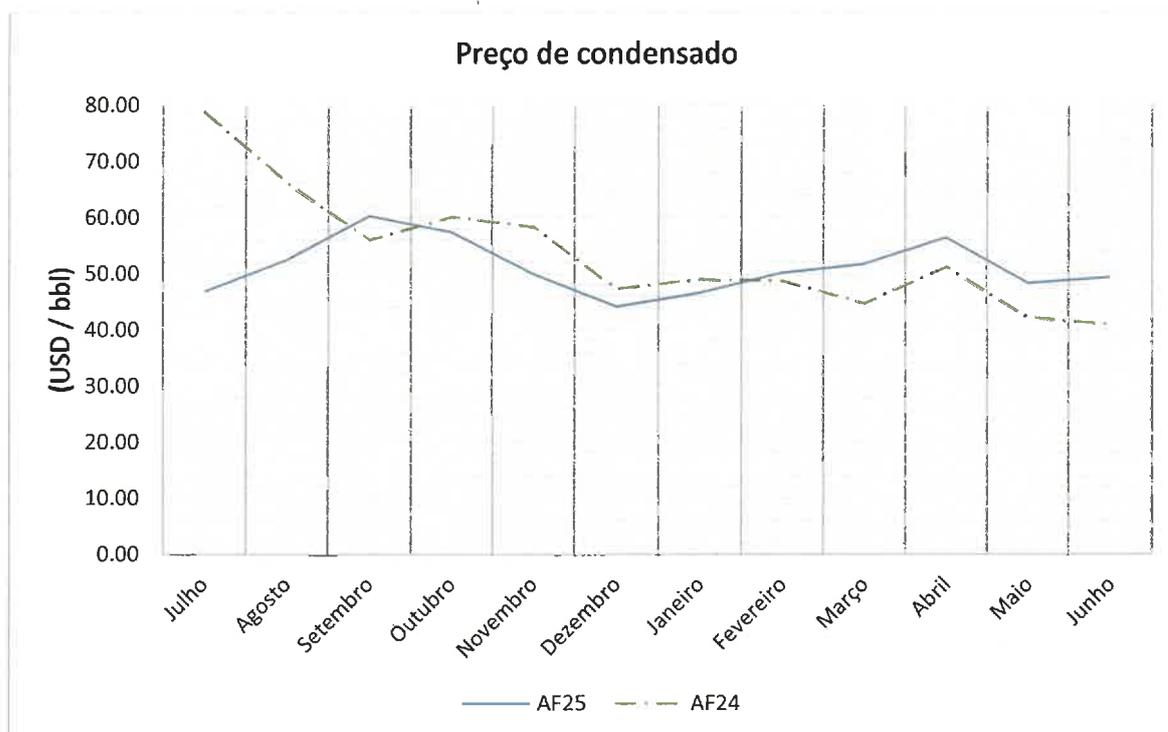
(AF25), bem como o aumento da produção por parte dos furos de Temane (T-31 e T-32), que entraram em produção no segundo trimestre do AF25 e que contém quantidades significativas de líquidos, o que impactou positivamente o volume de vendas de condensado em certos períodos do ano.

### 2.2.1 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2025 foram inferiores comparativamente ao mesmo período de 2024 (AF24), devido à variação negativa dos indicadores de preços durante o período em apreço.

O preço praticado para a venda de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2025 foi inferior comparativamente ao ano anterior (AF24), devido à queda de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional durante o período em apreço.





### 2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

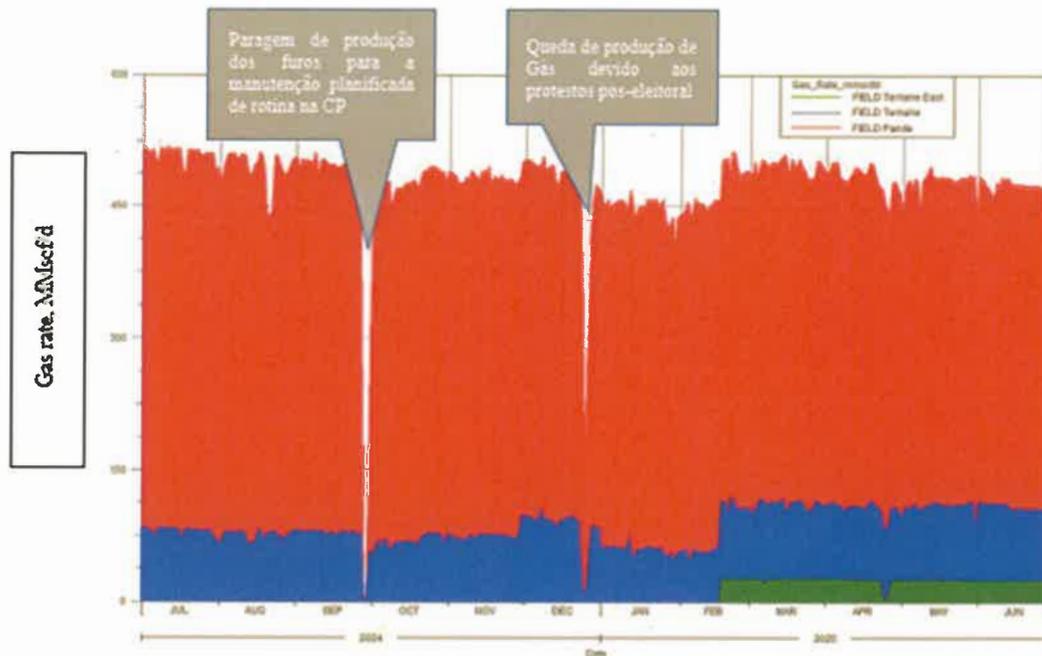
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no AF25, foi 39.01% superior em relação ao gás levado no período anterior de AF24. Isso deveu-se à preferência do governo em receber royalties em espécie, em vez de em dinheiro.

### 2.4 Revisão das Operações

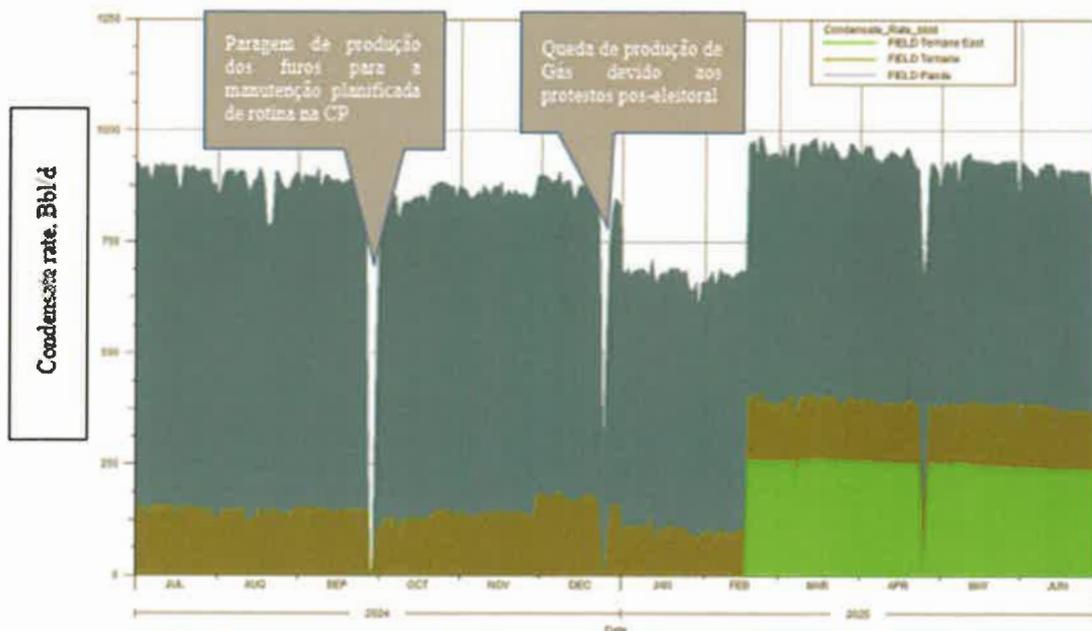
#### 2.4.1. Operações nos campos de gás

Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF25.

### Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2024 a 30 de Junho de 2025



### Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de 01 de Julho de 2024 a 30 de Junho de 2025



- A produção média bruta de gás do PPA no ano financeiro 2025 (AF25) foi de 492 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia). A produção de gás baixou em aproximadamente 23MMscf/d, correspondendo uma queda de 4.5% em relação ao ano anterior (AF24). Os rácios médios de contribuição para ambos campos de Pande e Temane, foi de 79% e 21%, respectivamente.

- A produção média total de condensado no AF25 foi de 859 Bbl/d (Barris por dia). A produção de condensado aumentou aproximadamente 137Bbl/d, correspondendo um aumento de 15.9% em relação ao ano anterior.
- De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se verificar que nos dias 28 e 29 de Setembro de 2024, não houve produção de gás e condensado, devido a uma paragem de produção planificada na CP, que ocorreu para realizar a manutenção de rotina. Entretanto, de 24 a 28 de Dezembro de 2024, a produção de gás e condensado caiu significativamente devido as manifestação durante o período pós-eleitoral.

### **Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção**

No âmbito das actividades de monitoria, produção e desempenho de campo, foram realizadas as seguintes operações, nomeadamente:

- O furo T-31 (projeto Tranche-3) iniciou a produção no final de Novembro de 2024, com um bom de desempenho de 25 MMscf/d.
- O furo T-32 (projeto Tranche-3) foi testado com sucesso entre os dias 21 e 25 de Novembro de 2024. O furo atingiu o máximo de produção na ordem de 25,7 MMscf/d à 100% de choque.
- Os furos T-6, T-7 e T-16 (Temane G9B) encontram-se em estado crítico devido a problemas de produção de líquidos (*“Liquid Loading”*). Estes furos não beneficiarão de actualizações de software e do sistema de energia, tendo em conta que não agregam valor adicional no futuro, pelo que a interrupção de produção desses furos, poderá ocorrer a qualquer momento.
- Durante o período em apreço, os furos, P-16, P-19, P-24, P-29 e T-3 apresentaram problemas com o sistema hidráulico, porém a situação foi resolvida e os furos colocados em produção.

## **O Projecto de restauração da integridade dos furos e campanha de perfuração designado por MERIC (Mozambique Exploration and Remediation & infill Campaign).**

O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é reparar determinados furos de produção por via de “*workover*” e abandonar e selar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção enquanto a campanha de perfuração é de perfurar alguns furos (*infill wells*) no campo para sustentar a produção durante a vida útil do projecto.

O resumo das operações no âmbito do MERIC é o seguinte:

As operações foram concluídas com a perfuração dos furos de PEDOP *infill* de Pande e Selagem e abandono (P&A) do T-2, neste ano fiscal de 2025, conforme descrito abaixo:

- **PEDOP Infill** - Consistiu na reperfuração de um furo de substituição, Pande-34 (P-19H), e na perfuração de dois novos furos infills (Pande-35 e Pande-36) no campo de Pande, com o objectivo de sustentar a produção até ao final da licença. Os furos foram perfurados e testados com sucesso e estão prontos para operação, pelo que prevê-se o início da produção para o exercício fiscal de 2026.
- O Temene-2 foi selado e abandonado com sucesso.

### **2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)**

No geral, as operações na Central de Processamento (CP) foram ligeiramente instáveis durante o período reportado, o que contribuiu para que algumas encomendas não fossem cumpridas em alguns períodos do ano, devido aos seguintes eventos ocorridos:

- Entre os dias 1 a 4 de Fevereiro de 2025, houve registo de gás em falta devido ao efeito da retirada de operação da unidade 33 (Compressor de baixa pressão) para dar lugar a manutenção preventiva dado que atingiu as 8.000 horas de operação, e
- No dia 5 de Fevereiro de 2025, as unidades B e C (Geradores de Turbina movidos à gás) tiveram uma avaria simultânea nos dois geradores enquanto decorriam trabalhos de manutenção na unidade A. Este evento forçou uma paragem parcial da CP que culminou com a paralisação das unidades 53, 54, 62, 63 e 64, resultando em perda de energia eléctrica e, conseqüentemente, perda de produção. Foi realizada uma investigação para se apurar as reais causas e partilhadas lições aprendidas.

- A unidade 31 (Compressor de baixa pressão), sofreu avarias devido a falhas no fluxo de ventilação secundária de descarga. A análise de causa foi conduzida pela equipa de manutenção, com a colaboração de especialistas da Solar (OEM) que identificou a causa com sucesso. Adicionalmente, a unidade 33 da mesma linha de produção, experimentou uma falha funcional devido a uma bomba de óleo lubrificante defeituosa. A equipa de manutenção resolveu o problema e as duas unidades voltaram a funcionar.
- As unidades 61 e 62 (Compressores de alta pressão) tiveram algumas avarias durante o período em apreço. Uma investigação para apurar as causas foi conduzida e identificou uma válvula de purga defeituosa na unidade 61 e um alarme de desligamento do dectetor de gás na unidade 62. A equipa de manutenção solucionou as anomalias e ambas unidades voltaram a funcionar.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na CP, durante o mês de Setembro. Foram realizadas várias actividades, tais como: Instalação de redundância nos Controladores Lógicos Programáveis 1, 2 e 3, substituição de componentes internos dos Separadores de Produção, instalação de conexões na linha coletora dos furos do projecto PEDOP Infill, substituição de válvulas com diâmetros de 2, 4, 6 e 16 polegadas e instalação de conexões na Unidade de Queima do Condensado (*Ground Flare*).
- Na unidade 69 (Estação de Medição de Gás Natural), foi realizada a calibração em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização) e a actividade foi concluída com sucesso.

### **2.4.3 Manutenção da capacidade de produção e projectos de extensão do “plateau”**

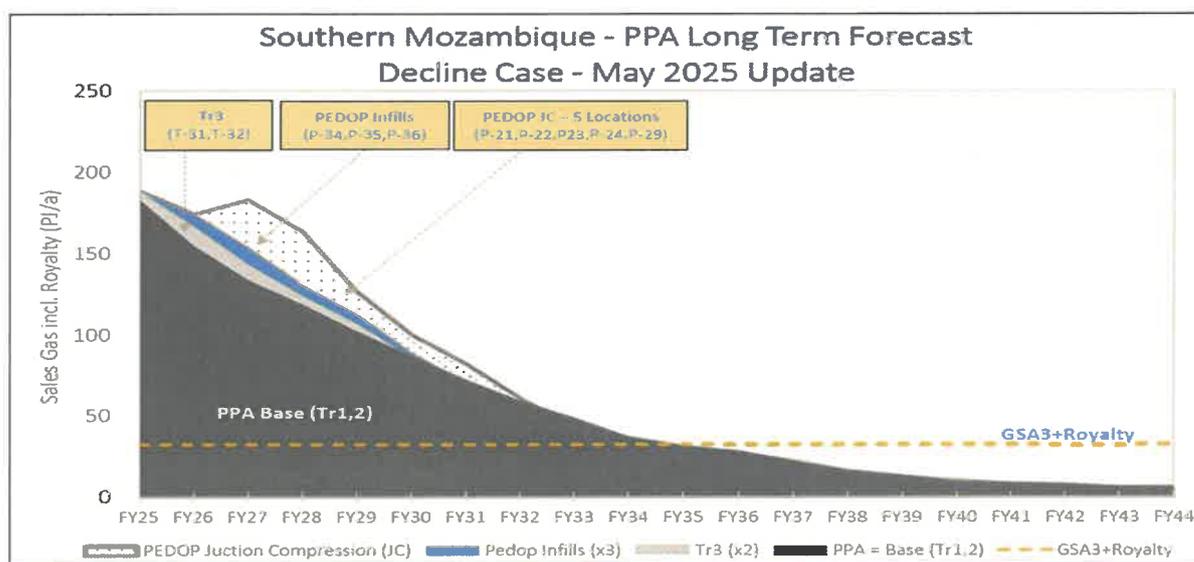
#### **2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)**

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto foi segmentado em duas partes, nomeadamente: PEDOP Infill wells e PEDOP Junction Compression, na qual os furos do projecto PEDOP Infill (P-34, P-35 e P-36) foram perfurados e testados com sucesso e PEDOP Junction Compression continua na fase de definição (define phase).
- O projecto PEDOP alcançou na primeira semana de Novembro de 2024, a Decisão Final de Investimento (FID). O projecto consiste na instalação de 16 compressores em 5 locais de junção em Pande, com um custo total de 124 milhões de dólares e prevê recuperar volumes adicionais na ordem de 149 PJ.
- Em 11 de Dezembro de 2024, o MIREME aprovou a quarta Emenda do Plano de Desenvolvimento do Campo, que visa implementação do Projecto de Extensão do “Plateau” e de Optimização do Declínio (PEDOP) para permitir a instalação de compressores nas Infraestruturas do Campo de Pande.
- Após a conclusão do RFQ (*Request for Quotation*), o contrato de EPCM (*Engineering, Procurement, and Construction Management*) para a fase de execução do projecto PEDOP Junction Compression, foi adjudicado à empresa VGI-Africa.
- Os testes para o início de testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) do PEDOP *Infill* estão previstos para o AF26.
- Os testes para o início de testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) do PEDOP Junction Compression estão previstos para o AF27.

Perfil de produção do PPA - Previsão de longo prazo



## 2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

### 2.5.1. Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

No geral registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas com a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Nenhum incidente na área de Segurança, Saúde e Ambiente foi registado durante o período em revista.

Todos os procedimentos e instruções de trabalho demonstram iniciativas destinadas a alcançar a melhoria contínua no desempenho ambiental de acordo com o sistema de gestão ambiental em linha com a certificação ISO 14001: 2015 da CP.

### 2.5.2 Saúde Ocupacional

No âmbito da saúde ocupacional, foram desencadeadas na central de processamento (CP), as seguintes acções:

- Foram treinados com sucesso 67 trabalhadores dos provedores de serviços em primeiros socorros, uma capacitação interna para melhorar a capacidade interna de resposta.
- Tem decorrido regularmente inspecções de higiene e as questões identificadas foram devidamente resolvidas.
- Foram realizados três exercícios de emergência médica.
- A equipa médica da CP respondeu a 2 acidentes de viação envolvendo dois veículos, em coordenação com as autoridades de saúde de Inhassoro.
- Dois funcionários da Sasol foram treinados em plano de proteção radiológica pela Universidade Eduardo Mondlane e pela Agência Nacional de Energia Atómica, como requisito legal para instalar e operar o aparelho de Raio X.
- Todas as pessoas são submetidas aos exames médicos antes de juntar-se a companhia e regularmente numa base anual e também são examinadas quando se desvinculam da Sasol.

No período em análise foram conduzidas auditorias internas e externas no que concerne ao sistema de gestão na CP em matéria de Segurança, Saúde e Ambiente, nomeadamente:

### **1. A auditoria externa em Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade.**

Foi realizada uma auditoria de 27 a 28 de Novembro e os resultados foram resumidos conforme abaixo descritos:

- O manual do Sistema de gestão integrado requer a revisão de gestão semestral, contudo as reuniões de revisão foram estabelecidas para decorrer numa frequência anual.
- Os impactos ambientais e os aspectos registados não dão indicação da execução da revisão de eventos indesejados resultantes de derrames e transbordos dos esgotos.

### **2. Monitoria Ambiental**

A monitoria ecológica foi conduzida em Julho de 2024 em todos os pontos de amostragem e o sumário do relatório final segue abaixo:

- De um modo geral os pontos monitorados mostram bom progresso em termos de restauração de vegetação e a cobertura em vegetação na maioria das áreas é de 100 %.
- As linhas de fluxo estão em melhor estado em termos de vegetação e as espécies invasoras podem ser monitoradas, tanto as árvores como o capim.
- As linhas sísmicas estão num processo de recuperação com quase 100% de cobertura vegetal.
- Nas escavações, a cobertura vegetal está a assinalar um progresso notável, com a presença de árvores e capim.
- As vias de acesso estão em óptimas condições de transitabilidade; no entanto, recomenda-se a manutenção e controle do alastramento de espécies invasoras e a erosão.

### **3. Projecto de Remediação do Pande-4**

O projecto visa avaliar a opção de remediação adequada para o Pande -4, que compreende o monitoramento do subsolo, contenção da superfície e monitoramento contínuo do solo, água e gás.

As campanhas de monitoria decorrem numa base semestral, o progresso é o seguinte:

- I. A firma contratada Ramboll está a progredir com a aquisição de dados de satélite da emissão do metano.

II. A monitoria ambiental no Pande-4 é conduzida numa base semestral, o trabalho de campo foi levado a cabo pela empresa Gondwana. Os resultados laboratoriais das amostras de água e solo colhidas e analisadas estão resumidos abaixo:

- ✓ Os resultados da análise orgânica dos solos indicam que foram detectados pelo laboratório hidrocarbonetos voláteis não identificados em algumas amostras de solo colhidas na área do Pande-4.
- ✓ Com referência ao resultado das análises orgânicas das amostras de água foram detectados pelo laboratório concentrações de metano e demais componentes orgânicos na água superficial concretamente na lagoa do Pande-4.
- ✓ O fluxo de água da berma do Pande-4 para a cratera cessou, e não se observou nenhum fluxo de água desde o início do actual programa de monitoria.
- ✓ Os resultados da conductividade eléctrica da água da lagoa do Pande- 4 indicam elevada salinidade que varia de 1000 – 2500 mS/m, conforme os dados prévios.
- ✓ A inspeção visual da lagoa do Pande-4, notou a ausência de água borbulhando devido a emissões de gás.
- ✓ Os resultados da triagem do solo na área do Pande-4 durante a amostragem indicam que foram detectadas concentrações de hidrocarbonetos na fase de vapor que variam de ligeira a moderada a alta atingindo 74,9 ppm na área do Pande-4.
- ✓ Em relação a monitoria do nível de explosão mínimo constatou-se que todos os pontos de monitoria na área do Pande -4 apresentam leitura de zero%.

## 2.6 Questões Comerciais e Legais

No concernente ao Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás a Sasol Gas, no âmbito do projecto Tranche 3, a entrega do primeiro gás iniciou em Novembro de 2024, sendo que o período de facturação da Contribuição da Compradora iniciou em Dezembro de 2024. A Operadora informou a Compradora que será cobrada uma taxa adicional ao preço do gás prevalecente, caso o preço não seja suficiente para atingir a taxa de retorno esperada. Presentemente, a Operadora está a investigar mecanismos alternativos para calcular o montante de contribuição da Compradora.

Em relação ao Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, que tinha sido celebrado por um ano, com termo inicialmente previsto para 30 de Junho de 2025, o mesmo foi prorrogado por mais um ano, com término para 30 de Junho de 2026.

No que tange aos projectos de viabilização e desenvolvimento da área do PSA, a Primeira Emenda ao Contrato de Construção, Conexão e Prestação de Serviços foi assinada por ambas as partes SPT e PSA. Está em curso, igualmente, a adequação dos contratos em vigor às actuais circunstâncias, nesse sentido os demais contratos assinados com o PSA carecem das seguintes actualizações:

#### **Contrato de Processamento do Gás (GPA)**

- Revisão do mecanismo de ajustamento anual do Índice do Preço ao Consumidor (CPI), de modo a harmonizar com as actualizações do Instituto Nacional de Estatística (INE);  
e
- Revisão de alguns cronogramas.

#### **Contrato de Operação e Manutenção (O&M)**

- Revisão do mecanismo de ajustamento anual do Índice do Preço ao Consumidor (CPI), de modo a harmonizar com as actualizações do Instituto Nacional de Estatística (INE).

#### **Contrato de Longa Duração para o Armazenamento de Condensado e Petróleo Leve (LTSA)**

- Alteração da taxa de referência de *LIBOR* para *SOFR* como indexador das taxas de juro;  
e
- Revisão do mecanismo de ajustamento anual do Índice do Preço ao Consumidor (CPI), de modo a harmonizar com as actualizações do Instituto Nacional de Estatística (INE).

#### **Contrato de Curta Duração para o Armazenamento do Gás (STGA)**

- Alteração da taxa de referência de *LIBOR* para *SOFR* como indexador das taxas de juro;  
e
- Revisão do mecanismo de ajustamento anual do Índice do Preço ao Consumidor (CPI), de modo a harmonizar com as actualizações do Instituto Nacional de Estatística (INE).

## **Contrato de Curta Duração para o Armazenamento de Condensado e Petroléo**

- Alteração da taxa de referência de *LIBOR* para *SOFR* como indexador das taxas de juro;
- Revisão do mecanismo de ajustamento anual do Índice do Preço ao Consumidor (CPI), de modo a harmonizar com as actualizações do Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Introdução de mecanismo para que o PSA possa retirar o produto ora armazenado; e

## **Contrato de Injecção de Água produzida no PPA**

O Plano de Desenvolvimento da área do PSA estabelece como uma das obrigações do PSA a prospecção de um furo para injecção de água proveniente da produção de gás e petróleo. Considerando que o furo de injecção de água do PPA está com problemas de integridade e, tendo em conta que o PSA mostrou-se aberto em tratar e injectar as águas produzidas na área do PPA, o PSA preparou uma proposta de Contrato de Injecção de Água produzidas no PPA que, presentemente, está a ser revista pela Operadora do PPA.

## **Mudanças Materiais na Lei**

Durante o reportado período, não se verificaram mudanças legislativas.

## **Litígios**

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) notificou a SPT, a 17 de Fevereiro de 2025 da sua pretensão de realizar uma auditoria Aduaneira, em relação ao período de FY 2020 a 2025.

Um candidato a trabalhador da SPT intentou uma acção no Tribunal Judicial do Trabalho da Cidade de Maputo, reclamando danos causados pelo término das negociações contratuais da oferta de emprego.

Um trabalhador da SPT, depois do seu despedimento, submeteu um pedido de mediação ao Centro de Mediação e Arbitragem Laboral da Cidade de Maputo (CEMAL) reclamando o pagamento de horas extras e subsídio de chefia, uma vez que as partes não se chegaram a acordo, o CEMAL imitiu uma certidão de impasse.

O Tribunal Judicial da Província de Inhambane tendo como base o acórdão do Tribunal Administrativo à favor da Operadora da UJV, decidiu extinguir a acção intentada pela Titular da Concessão Mineira contra a Operadora da UJV, reclamando danos e lucros cessantes.

Relativamente ao litígio sobre o pagamento do subsídio de prontidão que opõe a Operadora e seus trabalhadores da CPF, o Tribunal de Recurso manteve a decisão a favor dos Trabalhadores. Não se contentando, a SPT interpôs um recurso de revisão e aguarda-se pela decisão do recurso de revisão.

Quanto ao processo de impugnação de despedimento intentado pelo antigo médico de saúde ocupacional da CPF, no Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo, por entender que o processo disciplinar instaurado contra ele é nulo, uma vez que se baseou em factos falsos, teve lugar a sessão de julgamento e aguarda-se pela notificação da sentença.

Em relação ao despedimento de dois trabalhadores, devido à não observação dos procedimentos da cadeia de fornecimento e conflito de interesses, os trabalhadores em causa intentaram uma acção de impugnação de despedimento, teve lugar a sessão de julgamento no Tribunal Judicial da Província de Inhambane e aguarda-se pela notificação da sentença.

No que diz respeito aos 14 trabalhadores da CPF despedidos em conexão com o furto de condensado, o Tribunal Judicial decidiu a favor dos (2) trabalhadores e, não se conformando a SPT interpôs recurso. Em relação a um trabalhador o Tribunal do Trabalho decidiu a favor da SPT e, não se conformando o referido trabalhador interpôs recurso. Presentemente, aguarda-se pela decisão dos recursos interpostos.

## **2.7 Responsabilidade Social Corporativa (UJV)**

No exercício findo em 30 de Junho de 2025, os parceiros do Consórcio UJV reafirmaram o seu compromisso com as comunidades locais através da implementação de programas de desenvolvimento socioeconómico, com particular enfoque nas áreas próximas às suas operações.

Cumpr salientar que, embora estivesse inicialmente prevista para este período a conclusão dos projectos enquadrados no primeiro Acordo de Desenvolvimento Local (ADL I), devido a atrasos registados, a sua finalização foi reprogramada para o primeiro trimestre do próximo exercício financeiro.

Ao longo do exercício de 2024/2025, foram alcançados progressos assinaláveis no portfólio de investimentos sociais do Consórcio, abrangendo tanto as iniciativas do ADL I como outros projectos de desenvolvimento comunitário, conforme se destaca abaixo:

### **Acordos de Desenvolvimento Local - Projectos de Electricidade**

Os projectos de electricidade visam garantir o acesso à energia eléctrica às comunidades beneficiárias, seja através da expansão da rede pública ou do fornecimento de pequenos kits solares.

Na componente «On-grid» (ligada à rede), 11 comunidades nos distritos de Inhassoro e Govuro beneficiaram da instalação de energia. A Electricidade de Moçambique (EDM) actuou como parceira de implementação desta componente.

No entanto, a componente «Off-grid» (não ligada à rede), que visa chegar a 15 comunidades em Inhassoro e Govuro, enfrentou atrasos significativos desde o início do projeto, decorrentes de desafios logísticos, problemas com fornecedores e da procura de parceiros. Actualmente, foi identificado um parceiro de implementação e os kits solares estão em fase de produção para entrega aos beneficiários.

A conclusão deste projecto, prevista para os próximos 3 meses, trará um impacto transformador às comunidades, proporcionando acesso à eletricidade, um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconómico. A energia eléctrica melhora a qualidade de vida, permitindo o acesso à iluminação, refrigeração de alimentos, carregamento de telemóveis e uso de electrodomésticos básicos. Além disso, promove oportunidades educacionais e de saúde, facilitando o aprendizado noturno e o funcionamento de centros de saúde com equipamentos eléctricos. Para as atividades económicas locais, a disponibilidade de energia pode estimular pequenos negócios, como lojas, oficinas e serviços, contribuindo para a geração de renda e o progresso geral das comunidades.

### **Acordos de Desenvolvimento Local - Água e Saneamento**

Os projectos de Água e Saneamento têm como objectivo proporcionar às comunidades dos distritos de Inhassoro e Govuro acesso a infraestruturas de água potável e saneamento.

Neste contexto, durante o período em análise, foram concluídos 5 novos sistemas de abastecimento de água e 11 novos furos com bombas manuais, para além da reabilitação de 12 furos com bombas manuais e 17 sistemas de abastecimento de água. Para a melhoria da higiene comunitária, foram construídos 7 novos blocos sanitários e 5 foram reabilitados. Simultaneamente, foram formados 37 agentes de higiene comunitária (um por comunidade) e 18 artesãos especializados na produção de latrinas melhoradas.

Além disso, foi implementada uma campanha para eliminar a defecação ao ar livre em 37 comunidades. No que diz respeito ao reforço das capacidades de gestão, foram formadas

92 comissões de água nas comunidades e realizadas campanhas de sensibilização contra a defecação ao ar livre, bem como acções de capacitação para comissões de gestão da água e fornecedores de peças de manutenção.

Estes investimentos em infraestruturas de água e saneamento têm um impacto direto e profundo na saúde pública, pois contribuem para a redução das doenças transmitidas pela água e para a melhoria das condições de higiene nas comunidades. Ao garantir o acesso a água potável e saneamento adequado, são feitas contribuições significativas para o bem-estar geral, a dignidade das populações e a sustentabilidade ambiental das regiões abrangidas.

#### **Acordos de Desenvolvimento Local - Projectos de Pequena Escala**

Os projectos de pequena escala, caracterizados pela sua menor dimensão e investimento, são iniciativas diversas seleccionadas pelas comunidades nos distritos de Inhassoro e Govuro. Estes visam gerar um impacto imediato na vida dos beneficiários e abrangem uma série de atividades, desde a construção de centros comunitários e campos de futebol até à criação de cabras, instalação de furos e blocos de salas de aula, entre outros. Durante o ano fiscal, foram concluídos oito sistemas de irrigação em Inhassoro, quatro sistemas de irrigação em Govuro, um bloco de salas de aula na comunidade de Maluvane (Govuro) e um bloco de salas de aula na comunidade de Mangarelane (Inhassoro).

#### **Acordos de Desenvolvimento Local - Projectos Autónomos**

Os projectos autónomos caracterizam-se pela sua maior escala e investimento, sendo iniciativas diversas seleccionadas pelo governo local e pelas comunidades nos distritos de Inhassoro e Govuro. Durante o ano fiscal, na categoria de projectos autónomos, destacaram-se a conclusão do plano de urbanização de Govuro, o projecto de criação de cabritos e a construção de três centros comunitários localizados em Chibuca, Pande 1 e Chimedge. Além disso, foram implementados três sistemas de irrigação nas comunidades de Chicuire, Machovo e Mazino, bem como dois campos de futebol nas comunidades de Doane e Maluvane.

No que diz respeito aos projectos de infraestruturas previstos no âmbito dos ADL I e incluídos nesta categoria — nomeadamente, a reabilitação do Hospital Distrital de Mangungumete, dos Centros de Saúde de Pande e Doane e a construção da Escola Secundária de Chitsotso — a sua implementação já teve início, estando a sua conclusão prevista para o primeiro trimestre do próximo ano fiscal.

## Outras Iniciativas

Para além dos projetos relacionados com os ADLs, os consórcio apoiou outras iniciativas com impacto social significativo durante o período, nomeadamente:

- Mesas escolares: Foi concluída a distribuição de 3.500 mesas escolares para alunos e professores em escolas selecionadas nos distritos de Inhassoro, Govuro e Vilankulo. Além disso, foram entregues 100 secretárias para professores.
- Manutenção de infraestruturas comunitárias: No distrito de Inhassoro, foram adquiridos equipamentos de manutenção rodoviária, concluída a reabilitação da Esquadra de Polícia de Vulcanjame e finalizado um campo de futebol. Além disso, em Govuro, destaca-se a conclusão da reabilitação do Centro de Saúde de Magungumete.
- Apoio de emergência: Em solidariedade com a população da província de Cabo Delgado, afectada pelo ciclone Freddy, e como parte do apoio de emergência, foi concluída a construção de um Centro de Saúde Tipo II na aldeia rural de Nanhala, distrito de Mueda.

Além disso, é importante referir que, em 30 de maio do ano corrente, foram formalizados acordos para a continuação dos programas de desenvolvimento local a partir do próximo ano fiscal, designados como ADL II. Este compromisso representa um investimento total do Consórcio de 43 milhões de dólares (a distribuir entre a PPA e a PSA), abrangendo 70 comunidades nos distritos de Govuro, Inhassoro e Vilankulo. As áreas de intervenção do ADL II manterão o mesmo âmbito do ADL I: Água e Saneamento, Desenvolvimento Económico, Acesso à Energia, Infraestruturas Públicas e Multicomunitárias e Geração de Rendimentos.

### 3. Actividades da CMH

#### 3.1 Aspectos Legais

##### 3.1.1 Litígios

Não há litígios a reportar durante o reportado período.

#### 3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o reportado período, verificou-se uma variação no preço médio das acções da CMH de 4 000 MZN para 3 500 MZN por acção. A 30 de Junho de 2025, a CMH tinha 1 493 accionistas, dos quais 1 491 são accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

#### 3.3 Recursos Humanos

Até este período em análise, a massa laboral da CMH é de 24 trabalhadores dos quais 8 são do sexo Feminino e 16 do sexo masculino. Em termos do nível académico 1 trabalhadora possui nível médio. Nestes termos a CMH possui 23 trabalhador nível superior dos quais 8 do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

##### • Execução de Actividades e Monitoria de Processos

No período em alusão o Sector de Recursos Humanos desenvolveu, monitorou diversas actividades de carácter rotineiro, acompanhamento da Auditoria Interna aos processos de Recursos humanos, gestão dos processos administrativos de Recursos de designadamente: Processamento de Salários, cumprimento das Obrigações fiscais e Contributivas, emissão de pareceres e propostas, tramitação de expediente Interno e externo.

##### • Execução do Processo de Avaliação anual de Desempenho aos trabalhadores da CMH

Neste período realizou-se a primeira a avaliação de desempenho aos trabalhadores da CMH referente a ano fiscal 2023-2024, baseado no novo Regulamento. O processo foi antecedido por várias sessões de preparação e sensibilização aos intervenientes (avaliados e avaliadores), para permitir que no acto da avaliação todos estivessem familiarizados com o processo e os procedimentos típicos da avaliação de desempenho. Do universo actual de 24 trabalhadores efectivos elegíveis à avaliação de desempenho apenas 16 trabalhadores é que concluíram o processo sendo que 9 trabalhadores ainda não concluíram o processo. Dos 16 trabalhadores avaliados não se verificou nenhum resultado negativo, contudo observou-se os seguintes resultados:

- i. 0 colaboradores com resultado “Insatisfatório”;
- ii. 0 Colaboradores com resultado “Necessita de Desenvolvimento”
- iii. 2 colaboradores com resultado “Satisfaz”;
- iv. 11 colaboradores com resultado “Muito Bom”;
- v. 3 colaboradores com resultado Excelente.

• **Novos membros do Conselho de Administração**

Foram nomeados para ocupar o cargo de Administrador do Conselho de Administração o Dr. Eliseu Joaquim Machava e o Dr. Lovemore Chibaya.

• **Execução do Plano de Formação**

O sector tem estado a executar o plano de formação conforme o previsto prestando toda assistência desde a inscrição dos trabalhadores até a conclusão dos cursos.

Plano anual de Formação- Acções de Formação em curso até ao presente o plano foi implementado a 100%.

• **Seguro de Saúde**

A CMH através da Seguradora Mediplus tem estado a providenciar aos colaboradores, seus dependentes e membros dos órgãos sociais à assistência médica e medicamentosa sendo que a Gestão do Seguro de Saúde foi Implementado satisfatoriamente. Actualmente o Seguro contempla 144 vidas (Trabalhadores e Dependentes).

• **Gestão do Fundo de Pensão Complementar**

A CMH possui um Contrato constitutivo do fundo de pensão da CMH firmado com a Seguradora Moçambique Previdente, entidade gestora do Fundo de Pensões dos Colaboradores efectivos da CMH firmado a 28 de Setembro de 2016. O referido fundo é participado pela CMH em 7% e pelo Trabalhador em 3% do salário Líquido mensal, totalizando a contribuição mensal individual de 10% ao Fundo. Até ao presente fazem parte deste Fundo 20 colaboradores.

• **Seguros de Vida**

O fundo de pensões dos trabalhadores da CMH garante aos seus membros um benefício de invalidez em caso de incapacidade permanente para o trabalho e o benefício de morte aos familiares do membro em caso de morte deste. Os referidos benefícios são assegurados por

via de um seguro de vida subscrito para cada membro do Fundo. Neste contexto a CMH possui um seguro de vida subscrito na Seguradora SANLAM a 23 de Dezembro de 2021, cuja validade é anual. Até ao presente período dos 20 assegurados, felizmente, não se assinalou nenhuma situação que necessite de se acionar este seguro.

#### • Seguros de Acidentes de Trabalho

A CMH firmou um Contrato de Seguro contra Acidentes de Trabalho com a Global Alliance, com o número de apólice WCAAMZN197010, com a duração de um ano. Deste modo estão assegurados 25 Trabalhadores da CMH sendo que durante o período findo não foi registado nenhum acidente de Trabalho.

O Sector de Recursos Humanos tem estado a envidar acções com vista melhorar os seus processos e procedimentos de Gestão de Recursos Humanos com maior enfoque para o cumprimento das recomendações emanadas no Relatório de Auditoria efectuada pelo acionista maioritário.

### 3.4 Responsabilidade Social Empresarial

No âmbito da implementação da sua política de responsabilidade social corporativa, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades em todo o país. Este compromisso materializa-se através do apoio direto a projectos e iniciativas alinhados com a política acima referida, com o objectivo de gerar um impacto socioeconómico positivo e duradouro. Para o ano fiscal encerrado em 30 de junho de 2025, demonstrando um investimento significativo e contínuo nas comunidades. Ao longo do ano, a CMH destacou-se pela diversidade e abrangência das suas intervenções, que se estenderam por várias áreas de impacto.

No domínio do Apoio Institucional, Cultural e Desportivo, a CMH patrocinou eventos com impacto socioeconómico alinhados com os seus objectivos. Entre estes, destacam-se a celebração do 30.º aniversário da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), o seminário sobre Ética Profissional e Deontologia da Associação de Secretários de Moçambique (ASSEMO), a 10.ª Gala dos Prémios Jovens Criativos e as cerimónias de formatura da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) na cidade de Maputo.

No setor desportivo, a CMH apoiou a Associação Moçambicana de Atletismo através da aquisição de equipamento desportivo para atletas e o Comité Olímpico na preparação para os Jogos Olímpicos de Paris 2024, demonstrando um claro compromisso com a promoção do desporto nacional e a projeção de Moçambique a nível internacional.

No campo cultural, destacam-se o apoio à VIII edição do Projecto Homenagem aos Guardiões da Cultura Hlambetweni, o patrocínio do Ngoma Moçambique 2025 e o apoio à produção do livro «Chama da Unidade» e da obra «Pita Kufa – O Leito da Morte», do escritor Carlos Paradona Rufino Roque, que consolidou a valorização e preservação do rico património cultural e histórico de Moçambique. Além disso, a CMH contribuiu para a preparação da participação de Moçambique na Expo OSAKA 2025, com o objectivo de promover o país a nível internacional, e apoiou eventos solidários, como o espetáculo da Agência Vina Cultura em benefício das vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. As comemorações dos 50 anos de independência também receberam o patrocínio da CMH, sublinhando a sua contribuição para a comemoração de marcos históricos nacionais.

Estrategicamente, foi estabelecida uma parceria com o Gabinete Central de Reformas e Projetos Estratégicos (GCRPE). Esta colaboração visa apoiar a implementação de reformas e acelerar projetos considerados prioritários pelo Governo de Moçambique, com o objectivo principal de contribuir para o crescimento da economia moçambicana e melhorar as condições de vida sociais e económicas das comunidades.

Na área do Desenvolvimento Comunitário e Ações de Solidariedade, a CMH financiou o Projecto de Resiliência das Comunidades Deslocadas de Cabo Delgado, implementado pela Fundação Wiwanana. Este projecto visa aumentar a autonomia e o bem-estar de 2000 famílias nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia e Macomia através da gestão de recursos e da geração de rendimentos. As acções de solidariedade estenderam-se ao apoio a associações sem fins lucrativos, como a Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Sociedade (ADESSO), na realização de um almoço para idosos, e a Associação REVIDA, com a aquisição de alimentos para pessoas vulneráveis em Maputo, proporcionando um impacto direto na qualidade de vida dessas populações. Além disso, foi prestado apoio à celebração do Dia da Criança, beneficiando 250 crianças no distrito de Chokwe, província de Gaza, em parceria com a Rede de Desenvolvimento da Primeira Infância (RDPI). A empresa também financiou parcialmente o projecto de construção de 28 furos de água na aldeia de Caia, província de Sofala, a ser implementado pela Câmara Municipal, com o objectivo de melhorar significativamente o acesso à água potável, e apoiou a electrificação do bairro de Catembe-Nsime, com o objectivo de reduzir a criminalidade, complementado

pela doação de equipamento informático à polícia local, reforçando a segurança da comunidade.

No que diz respeito às infraestruturas e manutenção, a CMH continuou a financiar a 2.<sup>a</sup> fase das obras de reabilitação da rede de distribuição de gás natural a norte de Inhambane, implementadas pela ENH. Estas obras incluíram a instalação de contadores pré-pagos e a modernização abrangente da rede nos distritos de Inhassoro, Govuro e Vilankulo, resultando numa melhoria substancial da segurança, eficiência e fiabilidade do abastecimento de gás. Além disso, a CMH prestou um apoio significativo à gestão de resíduos sólidos na cidade de Maputo, cobrindo a reparação e substituição de peças dos camiões de lixo da Câmara Municipal, o que permitiu a normalização dos serviços de saneamento urbano e contribuiu para uma cidade mais limpa, saudável e agradável.

No que diz respeito à responsabilidade social interna, a CMH demonstrou um forte compromisso com o bem-estar dos seus funcionários e parceiros. No seu 25.º aniversário e durante a época festiva, foram oferecidos vales de supermercado e cestas como gesto de reconhecimento e apreço. As celebrações internas de datas importantes, como 7 de Abril (Dia da Mulher Moçambicana), 1 de Maio (Dia Internacional do Trabalhador) e 1 de Junho (Dia da Criança), foram assinaladas com a oferta de vales e encontros em parceria com a ENH, reforçando assim o espírito de equipa e a coesão interna.

Para o próximo ano fiscal, a CMH continuará a exercer a sua responsabilidade social corporativa, através do investimento em projectos alinhados com a sua política e objectivos estratégicos. A implementação dos projectos iniciados no ano fiscal passado será acompanhada de perto, com o objectivo de garantir a sua contribuição efectiva para a construção de um Moçambique mais próspero e inclusivo e para a promoção de melhores condições de vida nas comunidades.

### **3.5 Empresa holding e participadas**

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

### 3.6 Assembleia Geral

A 30 de Setembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovadas as seguintes matérias:

- O Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2024;
- A distribuição de 60% do lucro e 40% dos lucros por acumular;
- Eleição do Conselho Fiscal.

### 3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF®

As demonstrações financeiras para o ano findo a 30 de Junho de 2025 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro® (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC).

### 3.8 Gestão da dívida

#### 3.8.1 Serviço da Dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2025, os credores concluíram o desembolso do crédito total de USD 50 000 000 para financiar o projeto do PPA. O serviço da dívida pago foi de USD 9 749 014 (sendo USD 7 102 955 de capital e USD 2 646 045 de juros). O saldo da dívida é de USD 42 897 045, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Financiador	Valor contratado	Valor desembolsado	Montante por desembolsar	Serviço da dívida (pagamento)		Montante em dívida
				Capital pago	Juro pago	
Standard Bank	20,000,000	20,000,000	-	2,500,000	442,990	17,500,000
BCI	20,000,000	20,000,000	-	3,333,333	1,458,873	16,666,667
Nedbank	10,000,000	10,000,000	-	1,269,621	744,196	8,730,379
<b>TOTAL</b>	<b>50,000,000</b>	<b>50,000,000</b>	-	<b>7,102,955</b>	<b>2,646,059</b>	<b>42,897,045</b>

#### 3.8.2 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2025	2024
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
Liquidez Geral	<b>8,0</b>	8,4
<b>Rácios económicos</b>		
Rentabilidade do capital próprio	<b>17%</b>	20%
Rentabilidade do activo	<b>12%</b>	14%

### 3.9 Investimento de curto prazo

#### 3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul e esta render juros razoáveis.

#### 3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juros razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em depósitos a curto prazo.

### 3.10 Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve mudança nas políticas contabilísticas durante o ano.

### 3.11 Dividendos pagos e declarados

A 30 de Setembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 60% dos lucros líquidos. Durante o ano financeiro 2025, a CMH pagou o montante total de USD 32 163 076 a título de dividendos aos seus accionistas, foram pagos nos dias 18 de Outubro de 2024. Tais dividendos são relativos ao ano AF24.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo
	Data da Assembleia Geral	% dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data de pagamento	Montante pago	Total de Dividendos pagos por Ano Financeiro	
AF06 - AF23			312,453,322		312,453,322	312,453,322	
AF24	30-Sep-24	60%	32,163,076				
AF25				18-Out-2024	32,163,076	32,163,076	
<b>Total</b>			<b>344,616,398</b>		<b>344,616,398</b>	<b>344,616,398</b>	<b>0</b>

## 4. Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2025 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

#### IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2025 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro.

##### **Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Agosto de 2025 e vão assinadas em seu nome por:

**Maputo, 28 de Agosto de 2025**



**Arsénio Mabote**

**Presidente do Conselho de Administração**



**KPMG Auditores e Consultores, SA**  
**Edifício KPMG**  
Rua 1.233, Nº 72 C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: [mz-firminformation@kpmg.com](mailto:mz-firminformation@kpmg.com)  
web: [www.kpmg.co/mz](http://www.kpmg.co/mz)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

#### *Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (a “Empresa”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2025, as demonstrações de lucro ou prejuízo e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, e notas às demonstrações financeiras, que compreendem um resumo das políticas contabilísticas materiais e outras notas explicativas, constantes das páginas 45 a 98.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA em 30 de Junho de 2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro NIRF® emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) (Normas contabilísticas NIRF).

#### *Base de Opinião*

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa, de acordo com o *Código Internacional de Ética para Contabilistas Profissionais (incluindo normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)*, juntamente com os requisitos éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria obtida é suficiente e apropriadas para proporcionar uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

#### *Matérias relevantes de auditoria*

As matérias relevantes de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, pelo que não emitimos uma opinião separada sobre estas matérias.

**Avaliação de imparidade dos activos de exploração e avaliação, da central de processamento (CP) e dos investimentos em curso**

Por favor, consulte as notas 3.5. Activos de exploração e avaliação e CP 3.8. Imparidade de activos, 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e nota 11. Propriedade, instalações e equipamento às demonstrações financeiras.

<b>Matéria relevante de auditoria</b>	<b>Como a matéria foi abordada na nossa auditoria</b>
<p>Os activos de exploração e avaliação, a central de processamento (CP) e os investimentos em curso da Empresa constituem uma parte significativa da propriedade, instalações e equipamento, totalizando 136 milhões de USD do saldo global de 138 milhões de USD em propriedade, instalações e equipamento.</p> <p>Os activos de exploração e avaliação, a central de processamento (CP) e os investimentos em curso devem ser avaliados anualmente quanto à existência de indícios de imparidade. Atendendo à natureza desta classe de activos, o processo requer um grau significativo de julgamento na estimativa das reservas, dos fluxos de caixa futuros e dos valores presentes.</p> <p>Os pressupostos significativos envolvidos na avaliação da imparidade dos activos de exploração e avaliação, investimento em curso, activos minerais e central de processamento (CP) incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as reservas minerais remanescentes;</li> <li>• os preços do petróleo e do gás no mercado internacional;</li> <li>• a taxa de desconto;</li> <li>• as vidas úteis estimadas;</li> <li>• as taxas de juro futuras; e</li> <li>• a produção planeada.</li> </ul> <p>A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante de auditoria na auditoria das demonstrações financeiras, devido à elevada incerteza de estimativas e julgamento envolvidos na estimativa.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizamos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos a razoabilidade da análise da administração sobre potenciais indicadores internos e externos de imparidade, considerando o nosso entendimento da entidade e do seu ambiente, analisando a conformidade com os contratos relevantes e realizando consultas com a administração.</li> <li>• Avaliámos o desenho, a implementação e a eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela administração para garantir que as suas avaliações de imparidade fossem realizadas e revistas de forma adequada.</li> <li>• Recorremos ao trabalho de especialistas da gestão para avaliar as reservas minerais remanescentes e avaliámos as competências, a capacidade e o objectivo dos especialistas da gestão, verificando as suas qualificações, filiações profissionais e experiência.</li> <li>• Avaliamos a relevância e a fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista da gestão, comparando os preços do petróleo e do gás e a taxa de desconto utilizada nos cálculos do especialista da Gestão com fontes externas independentes.</li> <li>• Avaliámos a vida útil estimada utilizada nos cálculos da avaliação de imparidade, considerando as estimativas de reservas minerais remanescentes, a capacidade de produção anual e a licença de operação aprovada da Empresa.</li> <li>• Realizámos uma análise de sensibilidade sobre os pressupostos fundamentais e avaliámos a margem resultante nos cálculos do valor actual para determinar se</li> </ul>

**Avaliação de imparidade dos activos de exploração e avaliação, da central de processamento (CP) e dos investimentos em curso**

Por favor, consulte as notas 3.5. Activos de exploração e avaliação e CP 3.8. Imparidade de activos, 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e nota 11. Propriedade, instalações e equipamento às demonstrações financeiras.

Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi abordada na nossa auditoria
	<p>era razoável.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos a adequação das divulgações da Empresa relativamente às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em relação aos requisitos da NIC 36, <i>Imparidade de activos</i>.</li> </ul>

**Provisão para encerramento e reabilitação do local**

Por favor, consulte a nota 3.7 da política contabilística material relativa a provisões, a nota 4 relativa a estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e a nota 19 relativa a provisões.

Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi abordada na nossa auditoria
<p>Nos termos do Acordo de Produção de Petróleo celebrado para a concessão atribuída, a Empresa é obrigada a proceder à reabilitação do local de exploração no final da vida útil do projecto. Para o efeito, foi reconhecida uma provisão no montante de 47 milhões de USD, correspondente à estimativa dos custos de encerramento e reabilitação do local.</p> <p>O cálculo da provisão exige julgamento por parte da administração na estimativa dos custos futuros, tendo em conta a natureza específica de cada sítio e as potenciais obrigações associadas. Estas estimativas são descontadas de forma a determinar o valor presente dos custos de reabilitação do local.</p> <p>A recuperação e reabilitação de cada local é relativamente única, existindo pouca atividade anterior de recuperação e reabilitação que permita servir de referência para a estimativa dos custos futuros, acrescendo-se ainda as alterações na legislação e regulamentação local.</p> <p>Pressupostos significativos envolvidos na estimativa da provisão incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o exfluxo de benefícios económicos</li> </ul>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizamos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos as obrigações legais e/ou construtivas relativas à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da legislação que rege a exploração de recursos minerais.</li> <li>• Avaliámos o desenho, implementação e a eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para garantir que a provisão seja calculada e revista adequadamente.</li> <li>• Recorremos ao trabalho de um especialista da gestão para avaliar o encerramento do local e a provisão de reabilitação, e avaliámos as competências, a capacidade e o objectivo do especialista da Gestão, verificando as suas qualificações, filiações profissionais e experiência.</li> <li>• Avaliámos a relevância e a fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista da gestão, comparando a taxa</li> </ul>

### Provisão para encerramento e reabilitação do local

Por favor, consulte a nota 3.7 da política contabilística material relativa a provisões, a nota 4 relativa a estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e a nota 19 relativa a provisões.

Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi abordada na nossa auditoria
<p>exigidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• elementos de custo no final da concessão;</li> <li>• cronograma de cada componente de custo</li> <li>• taxa de inflação; e</li> <li>• taxa de desconto.</li> </ul> <p>A abordagem da Gestão em relação à restauração e reabilitação envolve cálculos complexos e pode ter um impacto material no valor da provisão constituída, sendo, por isso, considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>de desconto e a taxa de inflação aplicadas aos dados de terceiros e às normas do sector, e analisamos os fluxos de caixa futuros esperados e o cronograma nos cálculos do valor actual líquido.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizámos uma análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto aplicada no cálculo do valor actual líquido da provisão para avaliar a razoabilidade do valor reconhecido.</li> <li>• Avaliámos a adequação das divulgações da Empresa relativamente ao encerramento do local e à provisão para reabilitação nas demonstrações financeiras, de acordo com a NIC 37, <i>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</i>.</li> </ul>

### Outra informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a informação corporativa, mensagem do Presidente do Conselho de Administração, relatório do conselho de administração e a declaração de responsabilidade dos administradores mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se doutra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos na outra informação, concluirmos que há uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

### ***Responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras***

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro NIRF® emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) (Normas contabilísticas NIRF), assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

### ***Responsabilidades dos Auditores para a auditoria às demonstrações financeiras***

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto de continuidade.

- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas esperadas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de tal comunicação.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:



---

Miesh-Al Gasant, OCAM nº 92/CA/OCAM/2017

**Sócio**

31 de Agosto de 2025

## V. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo em 30 de Junho de 2025

(Montantes em USD)	Notas	30 de Junho de 2025	30 de Junho de 2024
Rédito	6	111 383 825	119 944 911
Custo de vendas	7	( 39 327 409)	( 41 953 884)
<b>Lucro bruto</b>		<b>72 056 416</b>	<b>77 991 027</b>
Custos administrativos	7.1	( 10 309 504)	( 10 041 143)
Outro rendimento		154 150	380 032
		<b>61 901 062</b>	<b>68 329 916</b>
<b>Rendimento financeiro líquido</b>	8	<b>7 913 637</b>	<b>14 221 996</b>
Rendimento financeiro		12 640 882	17 099 651
Custo financeiro		( 4 727 245)	( 2 877 655)
<b>Lucro antes do imposto</b>		<b>69 814 699</b>	<b>82 551 912</b>
Imposto sobre o rendimento	9	( 23 095 684)	( 27 829 549)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>46 719 015</b>	<b>54 722 363</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<i>Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos</i>			
Remensuração do activo de benefício definido, líquido de imj	24(b)	1 544 560	( 1 117 237)
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>48 263 575</b>	<b>53 605 126</b>
<b>Resultados por acção</b>			
Básicos	10	7.87	9.22
Diluídos	10	7.87	9.22

As notas nas páginas 49-98 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VI. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Montantes em USD)	Notas	2025	2024
<b>ACTIVOS</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Propriedade, instalações e equipamento	11	138 034 213	147 313 830
Activos intangíveis	12	3 101 369	3 622 750
Activos líquidos de benefício definido	23	2 102 142	599 554
<b>Activos não correntes</b>		<b>143 237 724</b>	<b>151 536 134</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	3 252 882	2 262 779
Clientes	14.1	11 929 832	14 002 326
Outras contas a receber	14.2	4 688 551	34 100 456
Impostos a receber	14.3	3 864 167	4 076 881
Caixa e equivalentes de caixa	15	240 266 221	172 825 454
<b>Activos correntes</b>		<b>264 001 653</b>	<b>227 267 896</b>
<b>Total de activos</b>		<b>407 239 377</b>	<b>378 804 030</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	18	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		233 445 336	217 344 837
<b>Total de capital próprio</b>		<b>278 086 137</b>	<b>261 985 638</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	19	32 218 812	43 209 724
Outras contas a pagar	20	102 664	79 480
Empréstimos	21	31 539 597	11 581 621
Passivo por imposto diferido	9.3	32 267 860	34 974 158
<b>Passivos não correntes</b>		<b>96 128 933</b>	<b>89 844 983</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Provisões	19	14 896 255	10 616 659
Fornecedores e outras contas a pagar	20	5 855 889	9 505 540
Empréstimos	21	11 357 449	4 346 600
Contas a pagar entre empresas do grupo	22	225 229	45 023
Passivo por imposto sobre o rendimento correr	9.4	689 485	2 459 587
<b>Passivos correntes</b>		<b>33 024 307</b>	<b>26 973 409</b>
<b>Total de passivos</b>		<b>129 153 240</b>	<b>116 818 392</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>407 239 377</b>	<b>378 804 030</b>

As notas nas páginas 49-98 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo em 30 de Junho de 2025

(Montantes em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
<b>Saldo em 30 de Junho de 2023</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>217 360 872</b>	<b>262 001 673</b>
Lucro do exercício	-	-	-	54 722 363	54 722 363
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	( 1 117 237)	( 1 117 237)
Dividendos declarados	-	-	-	( 53 621 161)	( 53 621 161)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2024</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>217 344 837</b>	<b>261 985 638</b>
Profit for the year	-	-	-	46 719 015	46 719 015
Other comprehensive income for the year	-	-	-	1 544 560	1 544 560
Dividends declared	-	-	-	( 32 163 076)	( 32 163 076)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2025</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>233 445 336</b>	<b>278 086 137</b>

As notas nas páginas 49-98 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VIII. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2025

(Montantes em USD)	Notas	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		46 719 015	54 722 363
<i>Ajustamentos para:</i>			
Depreciação e amortização	7	22 564 222	22 959 238
Prejuízos cambiais não realizados	8	( 86 561)	( 84 609)
Rendimento financeiro	8	( 12 640 882)	( 17 099 651)
Custo financeiro	8	4 727 245	2 877 655
Imposto sobre o rendimento	9	23 095 684	27 829 549
		<b>84 378 723</b>	<b>91 204 546</b>
<i>Variações em:</i>			
Contas a pagar entre empresas do grupo		180 206	( 18 457)
Clientes e outras contas a receber		192 537	( 360 138)
Inventários		( 990 103)	54 951
Benefícios dos empregados		( 1 502 588)	( 76 676)
Fornecedores e outras contas a pagar		( 3 649 652)	1 271 921
Caixa gerado das actividades operacionais		<b>78 609 123</b>	<b>92 076 147</b>
Custos financeiros pago		( 2 734 095)	( 370 891)
Imposto sobre o rendimento pago	9	( 27 572 083)	( 43 397 463)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<b>48 302 945</b>	<b>48 307 793</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de bilhetes de tesouro	14	-	( 28 498 048)
Rendimento de bilhetes de tesouro	14	28 498 048	25 952 427
Juros recebidos	8	13 439 249	15 810 505
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento	11	( 14 464 925)	( 20 645 974)
Adições de activos de mineração e CPF	11	( 1 459 578)	( 950 184)
Aquisição de activos intangíveis	11	( 127 688)	( 377 411)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<b>25 885 106</b>	<b>( 8 708 685)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
Desembolso de empréstimo		34 071 779	15 928 221
Reembolso de empréstimo		( 7 102 955)	-
Dividendos pagos		( 32 163 076)	( 53 621 161)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financian		<b>( 5 194 252)</b>	<b>( 37 692 941)</b>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		68 993 797	1 906 167
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		172 825 454	171 988 922
Efeitos dos movimentos cambiais em caixa detido		( 1 553 030)	( 1 069 635)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	<b>240 266 221</b>	<b>172 825 454</b>

As notas nas páginas 49-98 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## IX. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Entidade Relatora

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe *Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH)*, que detém 70% das acções da empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A empresa foi nomeada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), realizar as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o rédito é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de venda dos direitos de concessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes

documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

## 2. Base de Preparação

### 2.1 Base contabilística e conformidade com a (NIRF)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro NIRF® emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) (Normas contabilísticas NIRF), com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

### 2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

### 2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Na data de aprovação das demonstrações financeiras da empresa para o exercício findo em 30 de Junho de 2025, as seguintes Normas e Interpretações tinha sido emitidas, mas ainda não entrado em vigor:

<b>Norma/Interpretação Contabilística NIRF</b>	<b>Data de emissão pelo IASB (Conselho Internacional de Normas de Contabilidade)</b>	<b>Data de entrada em vigor</b> <b>Períodos com início em ou após</b>
NIRF 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações e NIRF 9, Instrumentos Financeiros, emenda	<i>Requisitos de classificação e mensuração para instrumentos financeiros</i> <i>Liquidação através de pagamentos electrónicos</i> <i>Outras emendas</i>	Maio2024  1 Janeiro 2026
NIRF 1, Adopção pela primeira vez das emendas às Normas Internacionais de Relato Financeiro	<i>Melhoria anual às Normas Contabilísticas NIRF</i>	Julho 2024  1 Janeiro2026
Emendas à NIRF 7	<i>Melhoria anual às Normas Contabilísticas NIRF</i>	Julho 2024  1 Janeiro2026
Emendas à NIRF 9	<i>Melhoria anual às Normas Contabilísticas NIRF</i>	Julho 2024  1 Janeiro2026

Norma/Interpretação Contabilística NIRF		Data de emissão pelo IASB (Conselho Internacional de Normas de Contabilidade)	Data de entrada em vigor Períodos com início em ou após
NIRF 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, emendas	<i>Melhoria anual às Normas Contabilísticas NIRF</i>	Julho 2024	1 Janeiro 2026
Emendas à NIC 7	<i>Melhoria anual às Normas Contabilísticas NIRF</i>	Julho 2024	1 Janeiro 2026
Emendas às NIRF 7, NIRF 9 e NIRF 19	<i>Contratos Referenciados à Energia Dependente da Natureza</i>	Dezembro 2024	1 Janeiro 2026
NIRF 18	<i>Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras</i>	Abril 2024	1 Janeiro 2027
NIRF 19	<i>Subsidiária sem prestação de contas públicas: Divulgação</i>	Mai 2024	1 Janeiro 2027

As Normas e Interpretações relevantes abaixo referidas serão adoptadas na respectiva data de entrada em vigor. Não se prevê um impacto significativo no relato financeiro das demonstrações financeiras da empresa.

### Requisitos de classificação e mensuração para instrumentos financeiros (Emendas às NIRF 7 e NIRF 9)

#### Classificação de activos financeiros com característica contingente

As emendas introduzem um teste adicional de SPPI (somente pagamentos de capital e juros) para activos financeiros com características contingentes que não estejam directamente relacionadas com uma alteração nos riscos ou custos básicos de concessão de crédito – por exemplo, quando os fluxos de caixa variam em função de o mutuário cumprir ou não uma meta de ASG ( ambiental, social e de governação) especificada no contrato de empréstimo.

Nos termos das alterações, determinados activos financeiros, incluindo aqueles com características associadas ao ASG, poderão agora cumprir o critério de SPPI, desde que os respectivos fluxos de caixa não sejam significativamente diferentes dos de um activo financeiro idêntico sem essa característica.

As emendas incluem ainda divulgações adicionais para todos os activos e passivos financeiros que possuam determinadas características contingentes:

- **que não estejam directamente relacionadas com uma alteração nos riscos ou custos básicos de concessão de crédito; e**

- **que não sejam mensuradas ao justo valor através de resultados.**

### **Liquidação através de pagamentos electrónicos**

Uma empresa que liquida os seus credores comerciais através de um sistema de pagamentos electrónicos normalmente procede ao desreconhecimento dos credores na data de liquidação. As alterações introduzem uma excepção ao desreconhecimento destas responsabilidades financeiras. A excepção permite que a empresa proceda ao desreconhecimento dos seus credores comerciais antes da data de liquidação, quando utilize um sistema de pagamentos electrónicos que cumpra todos os seguintes critérios:

- **sem capacidade prática para retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento;**
- **sem capacidade prática para aceder ao numerário a ser utilizado na liquidação em consequência da instrução de pagamento; e**
- **o risco de liquidação associado ao sistema de pagamentos electrónicos é insignificante.**

### **Outras emendas**

#### **Divulgações sobre investimentos em instrumentos de capital**

As emendas exigem divulgações adicionais para investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor com ganhos ou perdas apresentados em outro rendimento integral (justo valor através de outro rendimento integral).

As emendas aplicam-se aos períodos de relato com início em ou após 1 de Janeiro de 2026.

As empresas podem optar por adoptar antecipadamente estas emendas (incluindo os requisitos de divulgação associados), separadamente das emendas para o reconhecimento e desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros.

As emendas às NIRF 7 e NIRF 9 entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2026. As alterações incluem orientações sobre a classificação de activos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes. Além disso, as alterações clarificam as principais características dos instrumentos vinculados contratualmente e como estes diferem dos activos financeiros com características sem recurso. As alterações exigem também divulgações adicionais para investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados ao justo valor através de outro resultado integral. Por fim, as alterações clarificam quando um activo financeiro ou um passivo financeiro é reconhecido e desreconhecido, e estabelecem uma excepção ao desreconhecimento de determinados

passivos financeiros quando liquidados através de um sistema de pagamentos electrónicos.

A empresa encontra-se em processo de avaliação do impacto destas alterações, particularmente no que se refere à compilação de informação adicional necessária para avaliar o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como para cumprir os novos requisitos de divulgação.

### **Melhoria anual às Normas contabilísticas NIRF (Emenda às NIRF 1, NIRF 7, NIRF 9, NIRF 10 e NIC 7)**

O processo de melhoria anual visa melhorar a clareza e a consistência interna das Normas contabilísticas NIRF. As emendas aplicam-se aos períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2026. É permitida a aplicação antecipada.

#### *Emendas à NIRF 1*

As alterações melhoram a consistência com os requisitos da NIRF 9 e adicionam referências cruzadas na NIRF 1 aos parágrafos relevantes de contabilidade de cobertura da NIRF 9, de forma a melhorar a compreensibilidade da NIRF 1.

#### *Emendas à NIRF 7*

As emendas do IASB resolvem inconsistências na redacção e nos conceitos entre a NIRF 7 e as NIRF 9 e NIRF 13, em particular relacionadas a dados significativos não observáveis na mensuração do justo valor. A terminologia no exemplo ilustrativo da NIRF 7 que se refere a divulgações de justo valor foi igualmente actualizada.

Outras actualizações feitas à NIRF 7 consistiram na remoção de referências obsoletas após a emissão da NIRF 13.

O IASB também esclareceu que a divulgação ilustrativa do justo valor (incluída na orientação de implementação da NIRF 7) não ilustra necessariamente todos os requisitos dos parágrafos relevantes da NIRF 7; e simplificou a explicação dos aspectos da divulgação que não são ilustrados.

#### *Emendas à NIRF 9*

As emendas do IASB eliminam o conflito entre a NIRF 9 e a NIRF 15 sobre o valor pelo qual um cliente é inicialmente mensurado.

Sob a NIRF 15, um cliente reconhecido por um valor diferente do preço da transação – por exemplo, quando o preço da transação é variável. Por outro lado, a NIRF 9 exige que as empresas realizem a mensuração inicial do cliente sem um componente financeiro significativo pelo preço da transação.

O IASB alterou a NIRF 9 para exigir que as empresas mensurem inicialmente um cliente sem um componente financeiro significativo pelo valor determinado pela aplicação da NIRF 15.

Caso um passivo de locação seja desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado sob a NIRF 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada sob a NIRF 16 Locações.

A emenda do Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (IASB) estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos sob a NIRF 9, a diferença entre a quantia escriturada e a contraprestação paga é reconhecida em lucros ou prejuízos. No entanto, a emenda não aborda como distinguir entre o desreconhecimento e a modificação de um passivo de locação. O IASB indicou que poderá considerar essa questão como parte de um projecto futuro.

A emenda relativa ao desreconhecimento de passivos de locação aplica-se apenas aos passivos de locação extintos no início ou após o início do período de relato anual em que a emenda é aplicada pela primeira vez.

#### *Emendas à NIRF 10*

As emendas do IASB resolvem uma inconsistência entre os parágrafos sobre a determinação de se outras partes estão a agir como agentes de facto. As emendas esclarecem que a relação descrita é apenas um exemplo de uma circunstância em que é necessário um julgamento para determinar se uma parte está a agir como agente de facto.

#### *Emendas à NIC 7*

As emendas do IASB substituem o termo «método do custo» por «ao custo». O IASB tinha removido a definição de «método do custo» das Normas Contabilísticas NIRF em Maio de 2008; no entanto, nessa altura, o IASB não tinha alterado determinados parágrafos da NIC 7.

As melhorias anuais às Normas contabilísticas NIRF, que incluem emendas à NIRF 1, NIRF 7, NIRF 9, NIRF 10 e NIC 7, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

#### NIRF 9

As emendas à NIRF 9 abordam um conflito entre a NIRF 9 e a NIRF 15 Rébito de Contratos com Clientes em relação à mensuração inicial de contas a receber. Sob a NIRF 15, um cliente é reconhecido por um valor diferente do preço da transação – por exemplo, quando o preço da transação é variável.

Por outro lado, a NIRF 9 exige que as empresas realizem a mensuração inicial do cliente sem uma componente financeira significativa ao preço da transação.

O IASB alterou a NIRF 9 para exigir que as empresas mensurem inicialmente um cliente sem um componente financeiro significativo pelo valor determinado pela aplicação da NIRF 15. Actualmente, o grupo mensura os clientes pelo preço da transação. Consequentemente, o grupo actualizará a sua política contabilística sobre a mensuração inicial dos seus clientes. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

#### **Contratos referentes à energia eléctrica dependente da natureza (emenda à NIRF 9, Emendas à NIRF 7 e Emendas à NIRF 19)**

O IASB emitiu emendas específicas para auxiliar as empresas a relatar melhor os efeitos financeiros dos contratos de energia eléctrica dependente da natureza, que muitas vezes são estruturados como Contratos de Aquisição de Energia Renovável (PPAs).

#### *Emenda à NIRF 9*

As emendas esclarecem a aplicação dos requisitos de «uso próprio» para contratos de energia eléctrica dependente da natureza, garantindo que esses contratos sejam reflectidos com maior precisão nas demonstrações financeiras. Em adição, as emendas permitem a contabilidade de cobertura caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de cobertura, alinhando-se com o quadro mais amplo dos instrumentos financeiros.

### *Emendas à NIRF 7 e à NIRF 19*

As emendas do IASB introduzem novos requisitos de divulgação para melhorar a transparência dos contratos de energia eléctrica dependente da natureza. Estas emendas proporcionam aos investidores uma compreensão mais clara do efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa. Uma empresa que aplique a isenção de uso próprio a determinados Contratos de Aquisição de Energia Renovável sob as emendas não reconhecerá esses *PPAs* na sua demonstração da posição financeira.

A NIRF 19 foi alterada para incorporar os requisitos de divulgação alterados da NIRF 7 acima mencionados.

As alterações aplicam-se aos períodos de relato com início em ou após 1 de Janeiro de 2026. É permitida a aplicação antecipada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

### **Presentation and Disclosure in Financial Statements (NIRF 18 financeiras (NIRF 18))**

A NIRF 18 promove uma demonstração de resultados mais estruturada, em particular, introduz um subtotal de «lucro operacional» recém-definido e um requisito para que todos os rendimentos e despesas sejam alocadas entre três novas categorias distintas, sendo elas actividades operacionais, de investimento e de financiamento, com base nas principais actividades comerciais da empresa. No entanto, o lucro líquido da empresa não será alterado.

A NIRF 18 também exige que as empresas analisem as suas despesas operacionais directamente na demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou utilizando uma apresentação mista. Caso quaisquer itens sejam apresentados por função na demonstração de resultados (por exemplo, custo das vendas), a empresa deve proporcionar divulgações mais detalhadas sobre a sua natureza.

A NIRF 18 também exige a divulgação dos Indicadores de Desempenho da Gestão (MPMs) que estão sujeitos a auditoria. São desenhados para capturar algumas, mas não todas as medidas «não GAAP (Princípios contabilísticos geralmente aceites)». A norma exige que os Indicadores de Desempenho da Gestão sejam:

- um subtotal de rendimentos e despesas;

- utilizar em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e
- reflexo da visão da gestão sobre o desempenho financeiro.

Para cada Indicador de desempenho da gestão apresentado, as empresas deverão explicar numa única nota às demonstrações financeiras por que razão a medida proporciona informação útil, como é calculada e reconciliada com um valor determinado de acordo com as Normas contabilísticas NIRF. Além disso, a empresa deve declarar que proporciona a visão da gestão sobre o desempenho financeiro e que não é necessariamente comparável à de outras empresas. Quaisquer alterações ou novos indicadores de desempenho da gestão também devem ser explicados.

A NIRF 18 substituirá a NIC 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e aplica-se aos períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2027. As novas normas introduzem os seguintes requisitos novos fundamentais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros ou prejuízos, nomeadamente as categorias de operações, investimentos, financiamento, operações descontinuadas e imposto sobre o rendimento. As entidades também são obrigadas a apresentar o subtotal do lucro operacional recentemente definido. O lucro líquido das entidades não será alterado.
- As mensurações de desempenho definidas pela gestão (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- São prestadas orientações aprimoradas sobre como agrupar informação nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a utilizar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais sob o método indirecto. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, excepto pequenas melhorias na classificação/apresentação.

#### **Subsidiária sem prestação de contas públicas: Divulgação (NIRF 19)**

As subsidiárias de empresas que utilizam as Normas contabilísticas NIRF podem reduzir substancialmente as suas divulgações e concentrar-se mais nas necessidades dos utilizadores após a publicação da NIRF 19.

Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais, prestado que, na data de reporte:

- não tem responsabilidade pública;
- a sua empresa-mãe produz demonstrações financeiras consolidadas sob as Normas contabilísticas NIRF.

Uma subsidiária que aplique a NIRF 19 deve declarar claramente, na sua demonstração explícita e sem reservas de conformidade com as Normas contabilísticas NIRF, que a NIRF 19 foi adoptada. A gestão avaliou a aplicabilidade dessas emendas e concluiu que elas não devem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

### **3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas**

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **3.1. Operações Conjuntas**

Conforme mencionado na nota 1, a Entidade é parte da operação conjunta com 25% de interesse participativo. As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a locação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e rédito das operações.

#### **3.2. Transacções em Moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou

prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

### 3.3. Instrumentos Financeiros

#### *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significativa) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

#### *Classificação e mensuração*

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

#### *Activos financeiros escriturados ao custo amortizado*

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Os com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber" (resultantes de transacções no âmbito da NIRF 15) e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela provisão para perdas de crédito esperadas. Os rendimentos financeiros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, a entidade considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenda a essa condição. A entidade aplicou abordagem simplificada e utilizou matriz de imparidade para o cálculo da mesma referente as suas contas a receber contabilizados ao custo amortizado, uma vez que não compreendem nenhum componente financeiro significativo. O modelo de perda de crédito esperada envolve uma abordagem de três estágios em que os activos financeiros passam pelos três estágios à medida que sua qualidade de crédito muda.

a Entidade determina como mensura as perdas por redução ao valor recuperável e aplica o método de juros efectivos. Uma abordagem simplificada é permitida para activos financeiros que não possuem um componente de financiamento significativo (por exemplo, contas a receber de clientes). Para mensurar a perda de crédito esperada, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhado e nos dias de atraso.

#### *Desreconhecimento*

##### *Activos financeiros*

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

##### *Passivos financeiros*

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo

modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

### *Capital Social*

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

## **3.4. Propriedade, instalações e equipamento**

### *Reconhecimento e mensuração*

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) da propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação das receitas de venda com quantia escriturada dos itens de Propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas.

O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos indirectos que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades provadas são capitalizados como activos minerais no activo imobilizado na data do comissionamento. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### *Custos subsequentes*

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

### *Depreciação*

O Custo de desenvolvimento capitalizado é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

Para os outros activos, as depreciações são reconhecidas em lucros e perdas numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de Propriedade, instalações e equipamento. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- Veículos automóveis	4 - 5 anos
- Equipamento	4 – 10 anos
- Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

### 3.5. Activos de exploração e avaliação, da central de processamento (CP) e dos investimentos em curso

O método dos esforços bem-sucedidos é utilizado para prestar contas das actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentos da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extracção de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou prejuízos, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais na da propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas são mensuradas ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

Os activos de exploração e avaliação são desreconhecidos assim que os direitos de exploração cessam.

### 3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subseqüentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. A empresa revê o método, período do consumo do activo e quantia escriturada do activo intangível em cada data de relato. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000 que expirará em 2034. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear até 2029.

#### *Custos subsequentes*

A despesa subseqüente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada, é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

### 3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e acções judiciais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal presente ou construtiva como resultado de eventos passados; é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação; e o montante pode ser estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local é reconhecida como e quando surge

a responsabilidade ambiental.

Quando uma obrigação de abandono e ambiental resulta de actividades de desenvolvimento de minas, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação resulta das actividades de produção de minas, os custos são capitalizados. As provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos, reflectindo as taxas de mercado actuais e os riscos específicos do passivo. As alterações às provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do activo associado são adicionadas ou deduzidas ao quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. O cálculo da provisão requer o julgamento da gestão em estimar custos futuros, dada a natureza única de cada local e potencial obrigação nele associada. Os cálculos são descontados para se determinar o valor presente do custo de reabilitação. A reabilitação e restauração de cada local é relativamente única indo contra as estimativas de custos futuros e mudanças nas leis e normas locais.

### **3.8. Imparidade dos Activos**

A Empresa reconhece as provisões para Perdas de Crédito Esperadas sobre activos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A empresa calcula as perdas de crédito esperadas ao longo da vida para todas as contas a receber sem uma componente de financiamento significativa. Para todos os outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a entidade usa a abordagem geral para determinar as perdas de crédito esperadas e avalia se o aumento no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é significativo ou não.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 30 dias.

### *Definição de incumprimento:*

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para acções como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juro efectiva do activo financeiro.

### *Activos financeiros com imparidade*

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro sofre uma " imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- É provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

### *Apresentação da provisão para perda de crédito esperada na demonstração da posição financeira*

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados ao custo amortizado são

deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

### *Abate*

A quantia bruta escriturada de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ao activo poderiam ainda estar sujeitos a actividades de aplicação, a fim de cumprir os procedimentos da Empresa para a recuperação dos montantes devidos.

### *Activos não financeiros*

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, para além dos inventários, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. A empresa classifica o activo de exploração e avaliação e a Unidade Central de Processamento (CPF) CPF como uma Unidade Geradora d Caixa (UGC).

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes das dos outros activos, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, excepto na medida em que o imposto resulte de uma transacção ou evento que seja reconhecido, no mesmo período ou num período diferente, fora dos lucros ou prejuízos, quer em outro rendimento integral, quer directamente no capital próprio.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e a respectiva base de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os direitos de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus direitos e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

### 3.10. Benefícios dos empregados

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus

apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

#### Plano de contribuição definida

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o justo valor de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outro Rendimento Integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a

planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

### **Benefícios a curto prazo**

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

#### **3.11. Inventários**

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo de processamento, manutenção e outros materiais é determinado com base no método do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido (VRL) é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para realizar a venda.

#### **3.12. Reconhecimento do Rédito**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita no momento da entrega dos bens, quando a entrega é confirmada pelo cliente. Considerando os contratos de venda de gás das operações em conjunto, as vendas são realizadas com prazo de crédito de trinta dias. Não há obrigações de desempenho que sejam satisfeitas ao longo do tempo.

O rédito é o valor da contraprestação que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido livre dos direitos de uso (*royalties*) pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CPF.

A receita de serviços é gerada a partir do processamento do gás oriundo de acordos do tipo PSA na unidade de processamento das operações em conjunto. A obrigação de desempenho

é satisfeita em um ponto específico no tempo, no momento da entrega do gás processado na saída do CPF.

A receita reflete os proveitos provenientes da venda de gás correspondentes à parcela a que a Empresa tem direito no âmbito das operações conjuntas.

### **3.13. Custos operacionais**

Os custos operacionais incluem despesas com pessoal, depreciação, amortização, fornecimentos e serviços diversos. Os custos operacionais são registados no período a que dizem respeito. Estes custos estão relacionados com as atividades operacionais das operações conjuntas e são apresentados nas demonstrações financeiras por função.

### **3.14. Dividendos**

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos. Consequentemente, a empresa considera que o montante de dividendos pagos, conforme aprovado pelos accionistas, deve ser deduzido dos resultados transitados.

### **3.15. Rendimentos e custos financeiros**

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como rendimento financeiro ou custos financeiros.

### **3.16. Resultados por acção**

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

## **4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas

Internacionais do Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas como julgamentos e premissas significativos estão envolvidos na avaliação das reservas minerais remanescentes, preços de petróleo e gás no mercado internacional, taxas de juros futuras e a base do processo de orçamentação e estimativas de custos futuros para diferentes projectos de reabilitação em vista das obrigações relevantes. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos;

- na mensuração da vida útil da Propriedade, instalações e equipamento (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação da Propriedade, instalações e equipamento;
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local;
- na estimativa dos fundos necessários para a obrigação de restauração.

As reservas são estimadas usando o método de reservas remanescentes materiais considerando mudanças na pressão, quantidade de gás produzida, pressão dos reservatórios inicial e corrente e o factor de compressibilidade do gás.

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 11 - Mensuração da Propriedade, instalações e equipamentos: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 19 - Reconhecimento e mensuração da provisão para abandono e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

#### Mensuração do justo valor

Uma série de políticas e divulgações contabilísticas da Empresa requerem a mensuração de justos valores, tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros.

A Empresa possui uma estrutura de controlo estabelecida relativamente à mensuração dos justos valores. A entidade reguladora analisa os dados não observáveis e os ajustamentos

de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, forem utilizadas para mensurar justos valores, então a equipa de avaliação avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificado na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativo para a mensuração.

## 5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

## 6. Rédito

	2025 USD	2024 USD
Gás Natural	105 628 534	116 098 339
Condensado	2 566 476	3 158 776
PSA (Serviços de processamento)	3 188 815	687 796
	<b>111 383 825</b>	<b>119 944 911</b>

## 7. Custo de venda

	Nota	2025 USD	2024 USD
Salário e custos relacionados (a)		1 944 591	1 968 119
Contribuição para o Instituto Nacional de Segurança Social (b)		59 800	60 523
Custos operacionais - Operações conjuntas (c)		14 758 796	16 966 004
Custos de depreciação e amortização (d)	11 & 12	22 564 222	22 959 238
		<b>39 327 409</b>	<b>41 953 884</b>

(a) Refere-se à participação da empresa nos custos relativos aos colaboradores da sede.

(b) Refere-se às contribuições do operador da operações conjuntas para o plano de contribuição definida gerido pelo Estado.

(c) Refere-se à contribuição da empresa nos custos operacionais incorridos nas operações conjuntas pela operadora. O valor inclui custos de engenharia, custos de manutenção e despesas de rotina na área de gás e CPF.

(d) É composto principalmente pela depreciação dos activos de exploração e avaliação e do CPF que é calculada com base nas reservas estimadas.

### 7.1 Custos administrativos

	2025 USD	2024 USD
<b>Fornecimentos e serviços</b>	<b>3 287 761</b>	<b>2 696 729</b>
Honorários de consultoria	706 462	161 561
Honorários de auditoria	100 226	39 950
Programa de desenvolvimento social	374 668	1 222 964
Viagens	325 805	178 974
Manutenção e reparação	575 586	8 114
Serviços prestados pela a ENH	381 673	193 947
Outros custos	823 341	891 219
<b>Custos com pessoal</b>	<b>7 021 743</b>	<b>7 344 414</b>
Remuneração dos empregados	5 433 707	5 260 672
Remuneração dos Administradores	974 337	1 039 075
Segurança social	109 198	196 541
Formação	321 770	519 829
Segurança Social Complementar	182 731	328 297
	<b>10 309 504</b>	<b>10 041 143</b>

## 8. Rendimento/(custo) financeiro líquido

		2025	2024
		USD	USD
	Nota		
<b>Rendimento financeiro</b>		12 640 882	17 099 651
Juros		12 255 970	16 877 195
Ganhos cambiais		384 912	222 456
<b>Custo financeiro</b>		(4 727 245)	(2 877 655)
Juro nocional sobre o efeito das disposições ambientais	19	(1 449 073)	(2 284 308)
Perdas cambiais		(471 473)	(307 065)
Juros pagos		(2 718 663)	(168 331)
Despesas bancárias		(88 036)	(117 951)
<b>Rendimento (custo) financeiro líquido</b>		<b>7 913 637</b>	<b>14 221 996</b>

Os rendimentos de juros referem-se aos retornos de depósitos a prazo mantidos em bancos *onshore* e *offshore*. O rendimento de juros do exercício foi de USD 12,3 milhões (2024: USD 16,9 milhões). A diminuição homóloga reflecte as alterações nos saldos médios aplicados em depósitos a prazo e nas taxas de juro em vigor durante o período.

### 8.1 Rendimento recebido

		2025	2024
		USD	USD
	Nota		
<b>Rendimento financeiro reconhecido nas demonstrações de lucros e prejuízos</b>		<b>12 255 970</b>	<b>16 877 195</b>
Saldo inicial de juros acumulados a receber		3 006 527	1 939 837
Saldo de fecho de juros acumulados a receber		(1 823 248)	(3 006 527)
<b>Juro recebido</b>		<b>13 439 249</b>	<b>15 810 505</b>

## 9. Imposto Sobre o Rendimento

	2025 USD		2024 USD
<b>9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos</b>			
<b>Imposto corrente</b>			
Exercício corrente	25 801 981		30 620 880
<b>Imposto diferido</b>			
Origem e reversão de diferenças temporárias	( 2 706 297)		( 2 791 331)
	<u>23 095 684</u>		<u>27 829 549</u>
<b>9.2 Reconciliação da taxa efectiva</b>			
Lucro antes de imposto	69 814 699		82 551 914
Imposto usando de acordo com a taxa da empresa	32% 22 340 704	32%	26 416 612
Despesas não dedutíveis (9.2 a)	0.60% 133 975	0.20%	52 163
Depreciações não dedutíveis (9.2 b)	2.78% 621 005	5.20%	1 360 774
	33% 23 095 684	34%	<u>27 829 549</u>
(9.2a) Refere-se a custos de veículos ligeiros de passageiros, despesa de representação, imposto por conta de outrem e diferenças de câmbio não realizadas.			
(9.2b) A depreciação refere-se a limitação dos montantes aceites em conformidade com a lei fiscal.			
<b>9.3 Passivo por imposto diferido</b>			
	2025		
	Saldo líquido 30 de Junho de 2025	Reconhecimento em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho de 2024
Propriedade, instalações e equipamentos	31 564 834	( 2 342 479)	33 907 313
Activos intangíveis	830 807	( 207 702)	1 038 509
Ganhos cambiais não realizados	( 127 781)	( 156 118)	28 337
	<u>32 267 860</u>	<u>( 2 706 298)</u>	<u>34 974 158</u>
	2024		
	Saldo líquido 30 de Junho de 2024	Reconhecimento em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho de 2023
Propriedade, instalações e equipamentos	33 907 313	( 2 627 077)	36 534 389
Activos intangíveis	1 038 509	( 207 702)	1 246 211
Ganhos cambiais não realizados	28 337	43 448	( 15 111)
	<u>34 974 158</u>	<u>( 2 791 331)</u>	<u>37 765 489</u>
<b>9.4 Imposto sobre rendimento a pagar</b>			
Saldo inicial	2 459 587		15 236 169
Pagamento durante o exercício	( 27 572 083)		( 43 397 463)
Imposto corrente	25 801 981		30 620 881
Saldo de fecho	<u>689 485</u>		<u>2 459 587</u>

As diferenças temporárias na propriedade, instalações e equipamento, são principalmente relativos à obrigação de abandono dos activos e Central de processamento.

As autoridades tributárias em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações fiscais submetidas. Estas permanecem em aberto e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião de que não resultarão ajustamentos ou penalidades significativas relativamente aos exercícios em aberto, caso os mesmos venham a ser objeto de revisão pelas autoridades fiscais.

## 10. Resultados por acção e dividendos por acção

### 10.1 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 46 719 015 (2024: USD 54 722 363) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2024: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluítivos à data de relato.

Não houve alteração no número de acções durante o exercício. O resultado por acção é USD 7.87 (2024: USD 9.22).

### 10.2 Dividendos por acção

O dividendo por acção ascende a USD 5.42 (2024: USD 9.04).

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios	Veículos e Equipamento	Activos de Mineração e CPF	Investimento em curso	Total
	USD	USD	USD	USD	USD
<b>Custo</b>					
Saldo em 30 de Junho de 2023	2 033 209	1 259 741	338 648 330	11 329 832	353 271 112
Adições	-	374 684	950 184	20 271 290	21 596 158
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	( 6 168 633)	-	( 6 168 633)
Alienação	-	( 32 294)	-	-	( 32 294)
Transferências	-	-	4 769 519	( 4 769 519)	-
Saldo em 30 de Junho de 2024	2 033 209	1 602 130	338 199 400	26 831 603	368 666 342
Saldo em 30 de Junho de 2024	2 033 209	1 602 130	338 199 400	26 831 603	368 666 342
Adições	-	594 352	1 459 578	13 870 571	15 924 503
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação (a)	-	-	( 3 288 967)	-	( 3 288 967)
Alienação	-	( 382 395)	-	-	( 382 395)
Transferências	-	-	16 983 741	( 16 983 741)	-
Saldo em 30 de Junho de 2025	2 033 209	1 814 087	353 353 752	23 718 433	380 919 483
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldo em 30 de Junho de 2023	486 452	979 486	197 608 700	-	199 074 638
Depreciação do exercício	40 664	314 062	21 955 442	-	22 310 169
Alienações	-	( 32 294)	-	-	( 32 294)
Saldo em 30 de Junho de 2024	527 116	1 261 254	219 564 142	-	221 352 512
Saldo em 30 de Junho de 2024	527 116	1 261 254	219 564 142	-	221 352 512
Charge for the year	40 664	341 578	21 532 911	-	21 915 153
Disposals	-	( 382 395)	-	-	( 382 395)
Saldo em 30 de Junho de 2025	567 780	1 220 437	241 097 053	-	242 885 270
<b>Carrying amounts</b>					
Saldo em 30 de Junho de 2023	1 546 757	280 255	141 039 630	11 329 832	154 196 474
Saldo em 30 de Junho de 2024	1 506 093	340 876	118 635 257	26 831 603	147 313 830
Saldo em 30 de Junho de 2025	1 465 429	593 650	112 256 699	23 718 433	138 034 213

(a) Representa uma diminuição na estimativa dos custos de encerramento e reabilitação do local.

O aumento e diminuição do activo de restauração e reabilitação do local não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os Activos de Exploração e Avaliação (investimentos em curso), os Activos Minerais e a CPF representam 25% do investimento em capital das Operações Conjuntas, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos bem como furos de produção, custos de perfuração de furos de exploração adicionais, custos de desenvolvimento de activos qualificáveis, bem como da Central de Processamento (CPF).

Pressupostos significativos estão envolvidos na realização da avaliação de imparidade dos activos de Exploração e Avaliação (investimentos em curso), dos Activos Minerais e da CPF, incluindo:

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxa de desconto;
- Estimativa da vida útil;
- Taxas de juros futuras; e
- A produção planeada.

Como resultado da avaliação, não foi identificada qualquer imparidade.

O ajustamento no custo de abandono e reabilitação do local representa as alterações nas taxas de desconto e uma alteração na estimativa bruta da responsabilidade de reabilitação.

## 12. Activos Intangíveis

### Custo

Em 30 de Junho de 2023	19 234 335	-	19 234 335
Adições	-	-	-
Investimento em curso	-	377 411	377 411
Saldo em 30 de Junho de 2024	19 234 335	377 411	19 611 746

Saldo em 30 de Junho de 2024	19 234 335	377 411	19 611 746
Adições	-	-	-
Investimento em curso	-	127 688	127 688
Saldo em 30 de Junho de 2025	19 234 335	505 099	19 739 434

### Amortização Acumulada

Em 30 de Junho de 2023	15 339 926	-	15 339 926
Adições	649 070	-	649 070
Saldo em 30 de Junho de 2024	15 988 996	-	15 988 996

Saldo em 30 de Junho de 2024	15 988 996	-	15 988 996
Adições	649 069	-	649 069
Saldo em 30 de Junho de 2025	16 638 065	-	16 638 065

### Quantia escriturada

Em 30 de Junho de 2023	3 894 409	-	3 894 409
Em 30 de Junho de 2024	3 245 339	377 411	3 622 750
Em 30 de Junho de 2025	2 596 270	505 099	3 101 369

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela empresa-mãe ENH para o projecto de gás (campos de Pande e Temane).

Inicialmente os direitos de concessão estavam em nome da ENH que foram transferidos para a CMH aquando da sua constituição e estes custos estão a ser amortizados ao longo da vigência da concessão.

O investimento em curso no SAP S/4 HANA é um software integrado de gestão que deverá entrar em operação no próximo ano financeiro.

### 13. Inventário

	2025 USD	2024 USD
Material de manutenção	3 252 882	2 262 779
	<b>3 252 882</b>	<b>2 262 779</b>

### 14. Clientes e outras contas a receber

	2025 USD	2024 USD
<b>14.1) Clientes</b>	11 929 832	14 002 326
Clientes das Operações Conjuntas (Nota 26.2)	11 929 832	14 002 326
<b>14.2) Outras contas a receber</b>	4 688 551	34 100 456
Bilhetes de Tesouro	-	28 490 924
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 241 327	1 125 130
Pré-pagamento	1 623 976	1 477 875
Juro recebidos	1 823 248	3 006 527
<b>14.3) Impostos a receber</b>		
Reembolso do imposto	3 864 167	4 076 881

### 15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025 USD	2024 USD
Caixa disponível	4	44
Caixa em bancos	240 266 217	172 825 410
Conta On-shore da CMH (i)	207 038 591	151 566 692
Conta de Receitas (ii)	7 842 671	20 379 920
Depósitos a taxa fixa – conta onshore (iii)	9 384 955	878 798
Depósitos a taxa fixa – conta USD offshore (iv)	16 000 000	-
	<b>240 266 221</b>	<b>172 825 454</b>

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. A conta *Onshore* da CMH (Conta *Onshore* em Meticais e Conta *Onshore* em Dólares) – as receitas recebidas em Meticais são depositadas na conta onshore e parte da chamada de caixa é paga em Meticais através desta conta. Os custos administrativos da CMH são pagas através desta conta. O saldo remanescente, se houver, é aplicado em depósitos a prazo para rendimento. Durante o exercício, a Empresa transferiu fundos de contas offshore para contas onshore, resultando num aumento significativo dos saldos de caixa locais. Adicionalmente, o aumento também foi impulsionado pelo vencimento de títulos do tesouro durante o período, cujos proveitos foram mantidos em caixa e equivalentes de caixa.
- ii. As Contas de Receitas – Todo rédito recebido em Dólares Norte Americanos é depositado nesta conta e parte das chamadas de caixa é paga por esta conta.
- iii. Depósitos a taxa fixa – Contas Onshore – A CMH aplica fundos em depósitos de curto prazo a taxa fixa junto de bancos locais, principalmente para gerir as necessidades de fluxo de caixa de curto prazo. Estes depósitos têm vencimentos inferiores a três meses a partir da data de aplicação, atendendo assim à definição de equivalentes de caixa. Os depósitos rendem taxas de juros fixas variando entre 4,50% e 16,95% para depósitos denominados em MZN, e entre 3,25% e 6,75% para depósitos denominados em USD. Depósitos a taxa fixa – Contas Offshore em USD – CMH também aplica fundos em depósitos de curto prazo a taxa fixa em USD junto de bancos internacionais, com o objectivo de garantir liquidez para compromissos de caixa de curto prazo. Estes depósitos vencem dentro de três meses após a aplicação e, portanto, são classificados como equivalentes de caixa. Os depósitos rendem taxas de juros fixas variando entre 4,20% e 5,30%.

## 16. Capital Social

		2025 USD		2024 USD
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 292 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

## 17. Reservas Legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2024: USD 5 057 330).

## 18. Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2024: USD 14 296 822).

## 19. Provisões

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, bem como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 9,65%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo:

- O desembolso de benefícios económicos necessário;
- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto.

	2025 USD	2024 USD
<b>Longo Prazo</b>		
Saldo de abertura	43 209 724	56 514 306
Juros sobre provisões ambientais (Nota 8)	1 140 120	1 867 656
Capitalizado em activos fixos tangíveis (Nota 11)	( 12 131 032)	( 15 172 238)
Saldo de fecho	<u>32 218 812</u>	<u>43 209 724</u>
<b>Curto Prazo</b>		
Saldo de abertura	10 616 659	2 555 287
Juros sobre provisões ambientais (Nota 8)	308 953	416 652
Capitalizado em activos fixos tangíveis (Nota 11)	8 842 065	9 003 605
Accionada durante o ano	( 4 871 422)	( 1 358 885)
Saldo de fecho	<u>14 896 255</u>	<u>10 616 659</u>
<b>Total</b>	<u>47 115 067</u>	<u>53 826 383</u>
<b>Fluxo de caixa esperado</b>		
Dentro de um ano	14 896 255	10 616 659
1 - 5 anos	29 413 476	29 413 476
Mais que cinco anos	2 805 336	13 796 248
<b>Total</b>	<u>47 115 067</u>	<u>53 826 383</u>

A provisão de curto prazo refere-se aos projectos que serão concluídos dentro de 12 meses.

## 20. Fornecedores e outras contas a pagar

	2025 USD	2024 USD
<b>Não-corrente</b>	102 664	79 480
<b>Corrente</b>		
Passivos correntes da operação conjunta	4 969 347	9 150 745
Fornecedores	4 260 224	4 674 376
Acréscimos e deferimentos das Operações conjuntas (a)	709 123	4 476 369
<b>Outros credores</b>	886 542	354 795
Fornecedores, imposto retido na fonte, IRPS e INSS	603 986	296 460
Acréscimos e outras contas a pagar	282 556	58 335
	<b>5 855 889</b>	<b>9 505 540</b>

(a) Referem-se às diferentes provisões para as actividades das operações conjuntas nas operações do dia-a-dia e actividades de manutenção.

## 21. Empréstimos

	2025 USD	2024 USD
<b>Não corrente</b>	31 539 597	11 581 621
BCI Bank	12 222 222	4 934 892
NED Bank	6 817 375	6 646 729
Standard Bank	12 500 000	-
<b>Corrente</b>	11 357 449	4 346 600
BCI Bank	4 444 444	3 333 333
NED Bank	1 913 005	1 013 267
Standard Bank	5 000 000	-
	<b>42 897 045</b>	<b>15 928 221</b>

A CMH assinou uma facilidade de crédito de médio prazo de USD 50 000 000 com três bancos comerciais.

Os detalhes das facilidades aprovadas são fornecidos abaixo:

Nome do banco	Standard Bank da Africa do Sul (SBSA)	Banco Comercial e de Investimento (BCI)	Nedbank Moçambique
Finalidade do empréstimo	Para efeitos de financiar a sua participação no projecto do PPA PEDOP.		
Taxa de juro	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.25%
Garantias	Sem garantias (Empréstimo sem garantia)		
Prazo	60 meses		
Facilidade total	USD 20 000 000	USD 20 000 000	USD 10 000 000
Facilidade desembolsada	USD 20 000 000	USD 20 000 000	USD 10 000 000
Facilidade não desembolsada	-	-	-
Data de contratação	28 de Março de 2024	08 de Fevereiro de 2024	11 de Maio de 2024
Maturidade	29 de Dezembro de 2029	26 de Fevereiro de 2029	10 de Maio de 2029

Durante o exercício financeiro de 2025, foi desembolsado um montante total de USD 34 071 779 da facilidade de crédito concedida pelos três credores, elevando o total acumulado para USD 50 000 000, incluindo os desembolsos realizados no exercício fiscal de 2024. Os valores disponibilizados foram transferidos, por meio de chamadas de caixa, para a operadora do consórcio, com vista à execução do projecto PEDOP. Importa salientar que os reembolsos das facilidades já foram iniciados.

## 22. Contas a pagar entre empresas do Grupo

	2025 USD	2024 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	225 229	45 023
	<u>225 229</u>	<u>45 023</u>

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de assistência técnica. É pago à curto prazo e não incorre juros.

### 23. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e membros da Direcção Executiva. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. As seguintes transacções ocorreram durante o exercício, resultando nos saldos de encerramento mencionados com as partes relacionadas:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Serviços técnicos	381 673	193 947	225 229	45 023

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento.

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH through joint operations.	108 332 091	120 844 448	-	-	-	-
Joint Operations (JO)	-	-	109 838 277	121 400 667	4 969 347	9 150 745

O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de pagamentos à chamadas de caixa (*cash calls*).

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	
		2025 (USD)	2024 (USD)
Joint Operations (JO)	Despesas de <i>cash calls</i>	38 496 987	36 108 038

Os compromissos de capital relacionados com as operações conjuntas estão descritos na nota 25. A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transacções ocorreram:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	974 337	1 039 075	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 1 327 890 (2024: USD 1 392 727), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 51 050 (2024: USD 53 543). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.

## 24. Benefícios dos empregados

	2025 USD	2024 USD
Activo de Benefício definido	5 049 242	4 626 902
Passivo de Benefício definido	(2 947 100)	(4 027 348)
Activo líquido de benefício definido	<b>2 102 142</b>	<b>599 554</b>

### a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com

8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefício definitivo é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, em conformidade com os requisitos legais regulados pela instituição reguladora de fundos de pensão do Governo de Moçambique. O Conselho de Administração do fundo de pensão é, por lei, obrigado a actuar no melhor interesse dos participantes do plano e é responsável por definir determinadas políticas relativas a investimentos, contribuições e indexação. O plano de benefícios definidos expõe a Empresa a riscos actuariais, risco de longevidade, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de mercado

## b. Movimento líquido nos benefícios definidos activos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Passivos de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Passivo (Activo) Líquido de Benefício Definido	
	2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)	2025 (USD)	2024 (USD)
<i>Saldo em 1 de Julho</i>	4 027 348	2 120 823	( 4 626 902)	( 4 019 569)	( 599 554)	( 1 898 745)
		0				
<i>Incluindo lucros e perdas</i>	470 346	438 810	( 516 644)	( 337 947)	( 46 298)	100 864
Custo do serviço actual	12 170	14 312	-	-	12 170	14 312
Custo de juros (receita)	458 176	424 498	( 516 644)	( 337 947)	( 58 468)	86 552
<i>Incluído em Outro rendimento financeiro</i>						
Ganho Actuarial	( 1 387 742)	1 603 906	( 156 911)	( 348 060)	( 1 544 653)	1 255 846
<i>Outros</i>						
Diferença cambial líquida	( 624)	( 657)	717	( 137 952)	93	( 138 609)
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	-	26 717	-	( 89 081)	-	( 62 363)
Benefícios pagos	( 162 227)	( 162 253)	162 227	162 253	-	( 0)
Despesas pagas	-		88 271	143 453	88 271	143 453
	2 947 100	4 027 348	( 5 049 242)	( 4 626 902)	( 2 102 142)	( 599 554)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

No exercício financeiro de 2025, não foram recebidas contribuições pelo fundo e não há registo nas contas financeiras referente ao reconhecimento dessas quantias. Estas contribuições não estão incluídas nos ativos nem nas obrigações relacionadas com a restituição de contribuições.

## Obrigações de benefício definido

### i. Pressupostos actuariais

	2025	2024
Taxa de desconto	11,36%	11,36%
Crescimento salarial futuro	6,50%	6,50%
Crescimento futuro da pensão	0,00%	0,00%
Taxa de inflação (1)	5,50%	5,50%

(1) A inflação média projetada até 2030 é de 5,50% ao ano. Uma taxa de inflação futura de longo prazo de 5,50% foi assumida como base para determinar a evolução salarial das obrigações.

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	-	-
30-35	1	1
35-40	1	5
40-45	4	4
45-50	1	3
50-55	1	2
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

### ii. Análise de sensibilidade

A 30 de Junho de 2025

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Varição percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	4.37	0.00	0.0%
Redução de 1% de inflação salarial	4.37	0.00	0.0%
Taxa de desconto 1% de aumento	4.44	0.07	-1.48%
Taxa de desconto 1% de redução	4.30	-0.06	1.66%
Aumento de 1% no ajustamento salarial	4.38	0.01	0.44%
Redução de 1% no ajustamento salarial	4.39	0.02	0.32%

A 30 de Junho de 2024

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Variação percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	4.03	4.03	0.0%
Redução de 1% de inflação salarial	4.03	4.03	0.0%
Taxa de desconto 1% de aumento	4.03	4.03	-1.67%
Taxa de desconto 1% de redução	4.03	4.03	1.87%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – adiante	75%

Em 30 de Junho de 2025, a duração média ponderada da obrigação do plano de benefícios definidos é de 14,51 anos.

iv. Plano de composição dos activos

Valores em USD

Descrição	2025	2024
Valores mobiliários	538 453	657 406
Bilhetes do Tesouro	1 936 885	2 046 276
Obrigações do Tesouro	888 268	1 393 338
Obrigações corporativas	204 382	201 372
Caixa e equivalente de caixa	939 769	328 510
<b>Total</b>	<b>4 507 757</b>	<b>4 626 902</b>

Os valores mobiliários de capital, os Bilhetes do tesouro, bem como as obrigações corporativas e do Tesouro possuem preços cotados em mercados activos e são mensurados ao valor de mercado em 30 de Junho de 2025.

## 25. Classificações Contabilísticas e justo valor

Para os activos financeiros, o valor contabilístico é uma aproximação razoável do valor justo devido à natureza de curto prazo dos instrumentos. As obrigações do tesouro compreendem títulos da dívida soberana, mensurados ao custo amortizado.

Os valores contabilísticos das obrigações financeiras da Empresa são considerados uma aproximação razoável dos seus valores justos. Os fornecedores e a parcela corrente de empréstimos são de curto prazo e espera-se que sejam liquidados no próximo exercício financeiro por montantes que se aproximam dos seus valores contabilísticos. Para os empréstimos de longo prazo, que se estendem além de um ano e estão programados para liquidação até o exercício de 2026, os valores justos não diferem materialmente dos valores contabilísticos, uma vez que estes empréstimos estão sujeitos a taxas de juro variáveis alinhadas com as condições de mercado.

## 26. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

### Junho de 2025

	Compromissos de capital bruto autorizados USD	Autorizados e contratados USD	Autorizados e não contratados USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
Meric Drilling Campaign	2 218 388	645 409	1 572 979
Plateau Extension and Decline Optimisation Programme - Infills	13 130 025	1 478 981	11 651 044
Plateau Extension and Decline Optimisation Programme - Junction Compression	29 721 661	10 183 145	19 538 516
PPA Surface Facilities	1 594 643	422 585	1 172 058
ENH Capacity	50 375	-	50 375
PPA Annulus Venting Mgmt Wells	237 057	-	237 057
Minor Capital and Optimisation Projects	4 757 041	1 368 959	3 388 082
<b>Custos administrativos da CMH</b>			
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	1 616 851	-	1 616 851
	<b>53 326 041</b>	<b>14 099 079</b>	<b>39 226 962</b>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

### Junho de 2024

	Gross capital commitments Authorised USD	Authorised and contracted USD	Authorised and not contracted USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
Meric Drilling Campaign	3 951 422	1 697	3 949 725
PEDOP Infill Wells	21 154 477	8 016 162	13 138 315
PEDOP Junction Compression	2 756 994	361 458	2 395 536
PPA Infill Wells Tranche 3	7 086 507	1 701 119	5 385 388
Other projects	7 572 864	29 534 923	2 322 153
<b>CMH administrative costs</b>			
Under the acquisition of property, plant and equipment	2 515 555	-	2 515 555
	<b>45 037 819</b>	<b>39 615 359</b>	<b>29 706 672</b>

## 27. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

### Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da Empresa.

As políticas de gestão de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

### 26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a Empresa está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A Empresa desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

### 26.1.1 Risco Cambial

A Empresa incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Empresa realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical. A empresa gere este risco por garantir que todas transações significativas são executadas na sua moeda funcional.

#### Exposição ao risco cambial

A exposição da Empresa ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2025 MT	2024 MT
Fornecedores	( 2 978 706)	( 93 804 978)
Caixa e equivalentes de caixa	807 019 204	403 271 916
	<u>804 040 498</u>	<u>309 466 938</u>

Abaixo apresentam-se as taxas de câmbio que foram aplicadas durante o exercício;

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2025	30 de Junho 2024	30 de Junho 2025	30 de Junho 2024
MT por USD	64.54	64.53	64.53	64.53

#### Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Empresa, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 124 599 (2024: USD 49 535). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.2 Risco da taxa de juro

A Empresa não está exposta às alterações das taxas de juros dos seus depósitos a prazo, uma vez que o Conselho de Administração adopta a política de taxas de juro fixas. À data de reporte, nenhum dos depósitos a prazo tinha uma componente de taxa de juro variável. As taxas de juro acordadas para os depósitos a prazo em USD variaram até 3,25% a 6,75% enquanto que, para Meticais variaram entre 4,50% a 16,50%. As taxas fixas acordadas com as instituições financeiras não variam significativamente das taxas de juros variáveis prevalecentes. Para as facilidades de empréstimo a prazo, o risco da taxa de juros é gerido concordando com o menor spread fixo possível sobre as taxas básicas prevalecentes.

## Análise de Sensibilidade

	Quantia escriturada	
	2025 USD	2024 USD
<b>Instrumentos com taxa fixa</b>		
Depósito a prazo fixo com taxas de juro fixas	25 384 955	878 798
<b>Instrumentos com taxa variável</b>		
Passivos financeiros	42 897 045	15 928 221

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 8 675 (2024: USD 857). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.3 Risco de preço de *commodities*

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio e o lucro após impostos em USD 414 571 (2024: USD 474 483). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes. A empresa gere este risco acordando a componente fixa do preço nos acordos de venda.

## 26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

O Conselho de Administração possui uma política de crédito em vigor e a exposição ao risco de crédito é monitorada de forma contínua. A Empresa constitui uma provisão para perdas esperadas de crédito que representa a sua estimativa de perdas incorridas relativamente a clientes e outras contas a receber. Os principais componentes desta provisão incluem uma componente de perda específica, que se refere a exposições individualmente significativas. A Empresa considera todas as contas a receber com atraso superior a 90 dias como pertencentes à categoria de maior risco.

Outras contas a receber consistem principalmente em juros acumulados a receber de depósitos a prazo em bancos. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada ativo financeiro na demonstração da posição financeira. A entidade utiliza instituições financeiras reputadas e com boas classificações de crédito para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários. A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa apresentam baixo risco de crédito e não foram registadas perdas de crédito esperadas relativamente a estes saldos.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial e ao estimar as Perdas de Crédito Esperadas (ECLs), a Empresa considera informações razoáveis e fundamentadas que sejam relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises tanto quantitativas quanto qualitativas, baseadas na experiência histórica do Grupo e em uma avaliação de crédito fundamentada, que incorpora informações prospectivas.

#### Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2025 USD	2024 USD
Clientes e outras contas a receber (Nota 14)	11 929 832	14 002 326
Bilhetes de tesouro (Nota 14)	-	28 490 924
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	240 266 221	172 825 454
Exposição líquida	<u>252 196 053</u>	<u>215 318 704</u>

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited. A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2025 USD	2024 USD
Corrente (menos de 30 dias)	<u>11 929 832</u>	<u>14 002 326</u>

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 80% (2024: 88%) do rédito da empresa e 100% (2024: 76%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2025. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A Empresa aplica a abordagem simplificada na mensuração das Perdas de Crédito Esperadas (ECL) sobre contas a receber comerciais. As contas a receber são classificadas e as ECLs são calculadas com base na experiência real de perdas de crédito, ajustadas por informações prospectivas, incluindo: fatores macroeconômicos como previsões de crescimento econômico, tendências das taxas de juros, preços de commodities e desempenho do sector industrial; a classificação de crédito externa da Sasol Gas Limited (BB, implicando uma probabilidade de incumprimento de longo prazo de 0,38% – 0,47%); bem como a experiência histórica de negociação com a Sasol e outros clientes, que até a data não resultou em incumprimentos.

Dada a natureza de curto prazo das contas a receber junto da Sasol, o seu perfil de crédito e o desempenho histórico de pagamentos, o impacto das ECLs modeladas é considerado irrelevante. A administração, portanto, acredita que a presunção de baixo risco de crédito permanece adequada e não foi reconhecida qualquer provisão para imparidade.

A Empresa mantém o seu caixa e equivalentes de caixa tanto em bancos internacionais quanto locais. Uma parte significativa desses saldos (86%) é mantida junto de subsidiárias de grupos bancários internacionais bem estabelecidos, incluindo First Rand, Standard Bank, ABSA e Nedbank, bem como em instituições locais (BCI, Millennium BIM, Moza Banco, BNI e Letshego) que possuem participação de capital internacional e são classificadas pelo Banco de Moçambique como bancos sistemicamente importantes.

A administração considera que a presença de acionistas internacionais e a classificação de vários desses bancos como Domestic Systemically Important Banks (D-SIBs) fornecem uma camada adicional de estabilidade e reduzem o risco de crédito de contraparte.

As Perdas de Crédito Esperadas (ECL) sobre caixa e equivalentes de caixa são mensuradas utilizando a abordagem simplificada, baseada em exposições de curto prazo. Assim, a administração acredita que o ECL permanece baixo devido à natureza de curto prazo e altamente líquida dos depósitos.

### 26.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa para gerir o risco de liquidez consiste em garantir, tanto quanto possível, que terá sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando vencidas, em condições normais e de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Empresa.

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	6 -12 meses USD	1 - 2 anos USD	2 - 5 anos USD
<b>30-Jun-25</b>						
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos (Nota 21)	( 42 897 045)	( 42 897 045)	-	( 11 357 449)	( 31 539 596)	-
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 22)	( 225 229)	( 225 229)	( 225 229)	-	-	-
Outras contas a pagar (Nota 20)	( 4 969 347)	( 4 969 347)	( 4 969 347)	-	-	-
	<u>( 48 091 622)</u>	<u>( 48 091 622)</u>	<u>( 5 194 576)</u>	<u>( 11 357 449)</u>	<u>( 31 539 596)</u>	<u>-</u>
<b>30-Jun-24</b>						
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos (Nota 21)	( 15 928 221)	( 15 928 221)	-	( 4 346 600)	( 11 581 621)	-
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 22)	( 45 023)	( 45 023)	( 45 023)	-	-	-
Outras contas a pagar (Nota 20)	( 9 150 745)	( 9 150 745)	( 9 150 745)	-	-	-
	<u>( 25 123 988)</u>	<u>( 25 123 989)</u>	<u>( 9 195 768)</u>	<u>( 4 346 600)</u>	<u>( 11 581 621)</u>	<u>-</u>

O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo. Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço da dívida e outras obrigações financeiras.

## 28. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2025 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

## 29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Agosto de 2025.